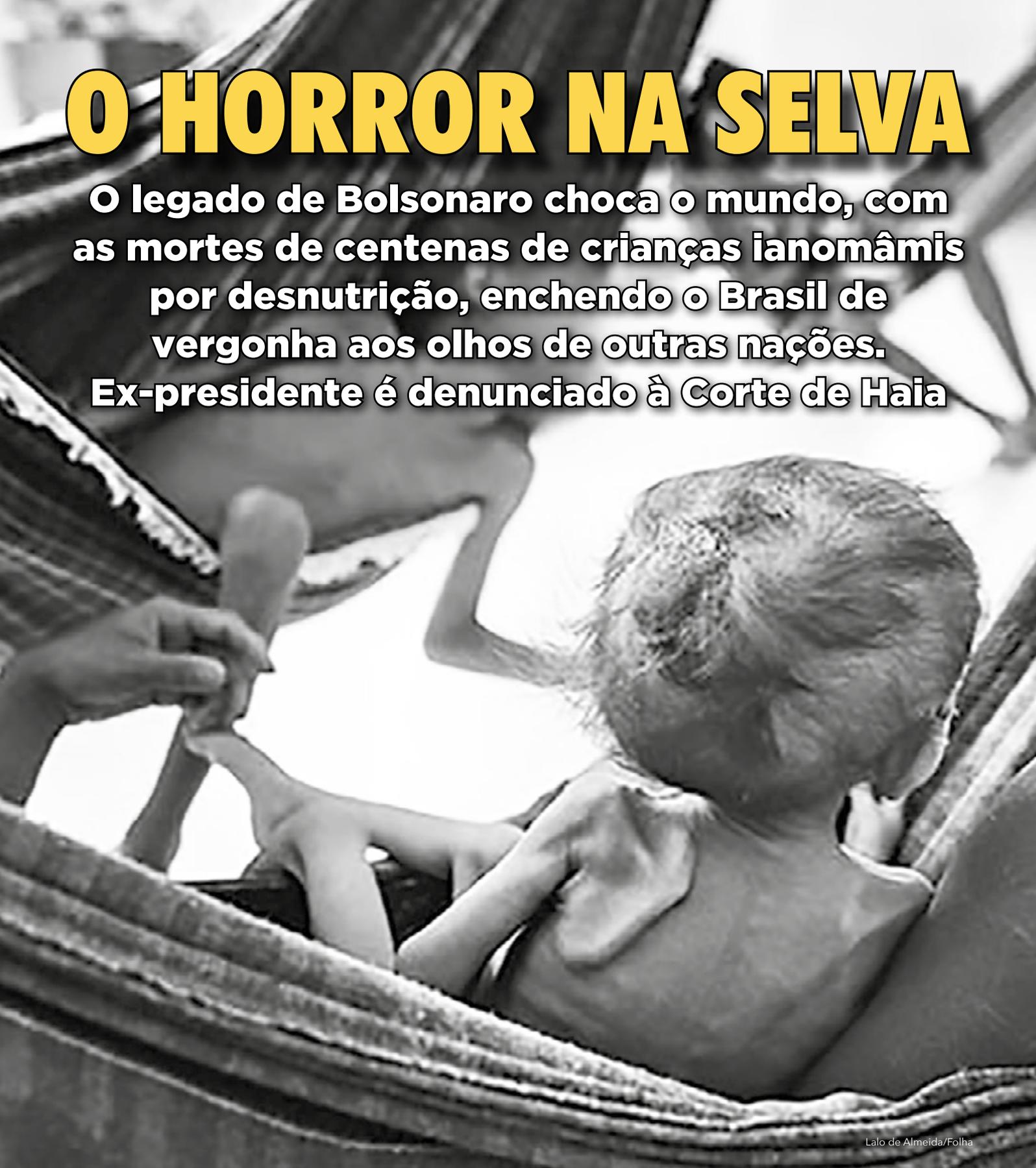


O HORROR NA SELVA

O legado de Bolsonaro choca o mundo, com as mortes de centenas de crianças ianomâmis por desnutrição, enchendo o Brasil de vergonha aos olhos de outras nações. Ex-presidente é denunciado à Corte de Haia



Lalo de Almeida/Folha

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 30 de Janeiro de 2023 Nº 81

Sydney Possuelo diz que Bolsonaro promoveu um genocídio
Avançam investigações sobre atuação criminoso de golpistas
Valorização do salário-mínimo é prioridade para Lula e centrais
A força da literatura feminina no mercado editorial brasileiro



Está no ar a exposição virtual
**SÉRGIO BUARQUE DE
HOLANDA: 120 ANOS**

Acesse em fpabramo.org.br/CSBH

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

**CONTRIBUA COM A REVISTA
REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS**

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro. O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!

FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

RECONEXÃO PERIFERIAS

AS CAMPANHAS PRESIDENCIAIS DE 1994 E 1998

**EXPOSIÇÃO VIRTUAL
PT42 ANOS**
a retomada da esperança

POLÍTICO E CULTURAL

CONSTRUÇÃO DA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

PT 42 ANOS
A RETOMADA DA ESPERANÇA

ACESSE EM fpabramo.org.br/pt42anos

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Guto Alves, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento, Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre, Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



Welber Tappeba/Sesai/Divulgação

NESTA EDIÇÃO

FOME: ÍNDIOS IANOMÂMIS SÃO RESGATADOS PELO GOVERNO LULA

Na floresta amazônica, em Roraima, o drama do povo ianomâmi, vítima da ação criminosa do governo Bolsonaro. Por conta das atividades do garimpo ilegal, autorizado nos últimos dois anos, a fome e a miséria atinge crianças e adultos.

Página 12

EDITORIAL. O genocídio dos índios ianomâmis tem o dedo de Jair Bolsonaro

Página 4

ENTREVISTA. Possuelo diz que ex-presidente precisa responder por crimes

Página 6

NA GRINGA. Reportagem de Jon Lee Anderson para a New Yorker refaz percurso de Lula da campanha à tentativa de golpe em 8 de janeiro

Página 18

JUSTIÇA. STF analisa pedido para impedir posse

de deputados envolvidos nos atentados de janeiro

Página 32

GOVERNO. Lula e governadores definem agenda de recuperação econômica e social e divulgam carta em defesa da democracia

Página 34

DIPLOMACIA. Lula vai à Argentina e ao Uruguai reafirmar seu compromisso democracia e desenvolvimento da América Latina

Página 36

ECONOMIA. Centrais sindicais e ministérios estudam re permanente para aumentar salário mínimo

Página 38

LITERATURA. Livros escritos por mulheres deram o tom em 2022 no mercado e nos principais prêmios de obras em língua portuguesa

Página 46

MEMÓRIA Tom Verlaine, guitarrista da cena punk novaiorquina e dupla da banda Television, morre aos 73 anos

Página 50

O GENOCÍDIO INDÍGENA

Alberto Cantalice

O genocídio deliberado do povo ianomâmi era uma tragédia anunciada no governo de Jair Bolsonaro. O capitão nunca negou seu despreço pelos povos originários. Sua campanha eleitoral já em 2018 apontava esse caminho. “A visão de um líder indígena não representa a de todos os índios (sic) brasileiros. Muitas vezes alguns desses líderes, como o cacique Raoni, são usados como peça de manobra por governos estrangeiros na sua guerra informacional para avançar seus interesses na Amazônia”, disse.

O apoio entusiasmado à reeleição de Bolsonaro por produtores de soja que roubam terras

indígenas, assim como garimpeiros, pescadores e desmatadores – todos atuando ilegalmente – na Amazônia e na região do Pantanal, não era uma mera opção ideológica. Era a consagração do “passar a boiada” como propalava o então ministro Ricardo Salles, na fatídica reunião ministerial de abril de 2020.

Esses elementos formam uma das principais bases de apoio à ocupação das portas dos quartéis, após a derrota de Bolsonaro. E, vários personagens desse conluio criminoso estavam por trás dos eventos do 8 de janeiro. Como partícipes ou financiadores.

A pronta resposta do governo federal no socorro aos ianomâmi, com o presidente Lula levando ao epicentro da tragédia parte de

sua equipe ministerial, aponta a mudança de rota.

No mesmo dia, as Forças Armadas aportaram os mantimentos e medicamentos aos indígenas, assim como o uso de aeronaves para transportar aqueles que se encontravam com risco de morte.

O rápido atendimento e as medidas de emergência tomadas ao calor da hora são a demonstração de que Bolsonaro poderia ter evitado a tragédia, em vez de atuar deliberadamente, com sua omissão, pelo extermínio daqueles povos.

A hora agora é de retirar os agentes criminosos que atacam as florestas, os rios e o solo da Amazônia. O novo governo deve fortalecer novamente o Ibama, o ICMBio e a Funai.

Este é o caminho! •



“BOLSONARO DEVE SER PUNIDO PELA MORTE DE INDÍGENAS”

Ex-presidente da Funai e criador da reserva ianomâmi, o indigenista que criou o Departamento de Índios Isolados, acusa o governo Bolsonaro de genocídio. E quer a responsabilização criminal do ex-presidente da República. “Essa ideia foi organizada, pensada, preparada, colocada dentro do governo, utilizando a máquina do governo para ter o resultado que estamos vendo agora: os índios sem terra, esfomeados”, critica

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

As imagens estarecedoras de crianças e adultos ianomâmis desnutridos, quase morrendo de fome, já tinham sido vistas por Sydney Possuelo, ex-presidente da Funai (1991-1993), na época em que a área indígena foi demarcada e reconhecida, em 1992. Mas ele insiste que a situação dos indígenas no Brasil é muito pior hoje. Possuelo é considerado um dos maiores especialistas do mundo em povos isolados da Amazônia.

Ele foi o responsável não somente pela demarcação da Terra Indígena Ianomâmi. Demarcou 166 áreas indígenas, duplicando

a área das terras destinadas aos povos originários no Brasil. O indigenista viveu nas florestas por aproximadamente 50 anos. No ano passado, devolveu a Medalha do Mérito Indigenista após Jair Bolsonaro ter recebido a mesma honraria.

Nesta entrevista à **Focus**, Possuelo falou sobre os desafios na Terra Ianomâmi, sobre sua expectativa com relação ao governo Lula e o que espera que aconteça com Bolsonaro: “Chega de anistia!”

Focus Brasil – O senhor esteve na área Ianomâmi inúmeras vezes ao longo das últimas cinco décadas. Já tinha visto imagens dos

ianomâmis naquelas condições de subnutrição tal como a gente a gente viu agora? São imagens fortes, que chocam...

Sidney Possuelo – Essas imagens sempre nos chocam. Ainda que não seja a primeira vez. Mas, realmente, não foi a primeira. Na época da demarcação da área Ianomâmi, eu era o presidente da Funai e, como tal, o responsável pela demarcação. Havia na região uma invasão estimada entre 40 mil a 45 mil garimpeiros. E a ação deles remete a um quadro como esse que estamos vivendo agora. E era muito mais gente naquela época. Então, o problema de saúde foi agravado muito, muito, e



as condições eram terríveis como essa. Naquela oportunidade, fizemos vários trabalhos, a começar pela retirada dos invasores. Era o primeiro passo que tínhamos que fazer e retiramos todos. Ficou um remanescente, que era estimado entre 1.200 a 1.600 pessoas que estavam espalhadas pelo meio da selva e era difícil encontrá-las.

Ou seja, dos 45 mil, tiramos praticamente todos e ficou somente esse resquício que depois também saiu. Tivemos a oportunidade de limpar a Terra lanomâmi. Foi feita a demarcação, a delimitação e houve a assinatura, na época era o presidente Collor de Mello. E por que depois de demarcada, delimitada a terra, voltam os invasores? Independente desses últimos quatro anos, é preciso que se diga sobre: eles são uma parcela infeliz da nossa sociedade, pessoas que não têm grandes possibilidades de viver na cidade

e tentam... “quem sabe no garimpo eu dou sorte e até posso ficar rico”. Era uma oportunidade e essa oportunidade não se encontra na cidade, só se metendo em garimpo de ouro, pedras, cassiterita... O fato é que são elementos da sociedade nacional com grande dificuldade em viver nas cidades que atacam as terras indígenas e vão tentar sobreviver ali.

Mas eles voltaram porque, depois de retirados do território, não permaneceu ali um dispositivo permanente de proteção. Quando você cria qualquer área do governo federal ou estadual ou municipal, para proteger a ararinha azul, para proteger o macaco mergulhão, etc. que são medidas muito boas e importantes na defesa da nossa fauna e da nossa flora, sempre o Estado coloca guardiões para tomar conta. Eles são armados, vão defender e não deixar invasores entrar. A mesma coisa

deveria ser feita pela Funai, que deveria defender as terras indígenas. Porque, se você não vigiar, não adianta delimitar e demarcar, elas serão sempre invadidas, lamentavelmente. Lamentavelmente.

Tivemos ao longo do tempo esse processo de invasão que apresenta esse quadro horroroso que a gente vê. Mas não é a primeira vez que acontece. Espero que seja a última, mas sempre é possível. A ação de vírus nas comunidades indígenas tem o mesmo resultado que em nós. Se tivermos uma gripe, tomamos uma aspirina, etc, ficamos em casa e acabou. No meio dos povos indígenas, principalmente, povos como os lanomâmis, muito ligados à natureza, à selva, eles vivem do que a floresta lhes oferece de alimentação, comida e tudo mais. Eles são muito sensíveis. [A gripe] Tem uma ação nefasta no meio deles, terrível. A gripe, 24 horas depois, vira

pneumonia. Se não cuidar, morre. Comunidades inteiras ao longo da história desapareceram assim. Não é novidade isso e não foi novidade no caso dos Ianomâmi.

– Qual é a diferença entre o período até 1992, quando a terra Ianomâmi foi demarcada e o que a gente vive hoje?

– Numa análise simples, que naquele tempo aqueles 40 mil ou 45 mil garimpeiros que foram aos poucos entrando e invadindo a área, não havia um grupo que arrebanhava gente para entrar. Eles se reuniam numa cidade próxima quatro, cinco, dez, 15, 20 pessoas que se conheciam e “ah, então, vamos lá nos Ianomâmi, vamos tentar o garimpo”, e faziam isso. A diferença é uma questão de organização. Naquela época era um grupo de pessoas que tentava a sorte. Com o passar do tempo, hoje, as informações obtidas que temos a respeito dos Ianomâmis, é de que a invasão é totalmente diferente. Parece estar organizada, tem setores de organização e se utilizam muito de helicópteros. Parece que têm companhias de helicópteros e dizem estar vinculados de alguma forma a essas facções de traficantes de drogas, ao crime organizado. Parece que estão juntos dentro desse processo atual, moderno, de invasão da terra indígena. A grande diferença que eu noto é exatamente isso. As informações falam de 20 mil garimpeiros, aproximadamente... Então, eu vejo de momento essa grande diferença, da composição. Quem eram e quem são hoje esses invasores.

– Tanto o presidente Lula quanto a Marina Silva têm prometido acabar com o garimpo ilegal, zerar desmatamentos. O senhor considera que essa seja uma meta possível? E o que seria preciso fazer?

– Eu acho que é possível. E, pri-

meiro, é fazer a retirada desses garimpeiros e não só na terra Ianomâmi. Mas eles estão poluindo os rios Brasil afora. É uma calamidade o que está acontecendo. Mas, veja bem, o nosso foco agora é a Terra Ianomâmi. Veja você que dentro do território existem os pelotões de fronteira. São dois pelotões de fronteira do Exército lá na área Ianomâmi. O que fazem esses pelotões de fronteira? Estão ali defendendo o território nacional. Ótimo, muito bom, é a missão deles. Mas será que estes homens

É FUNDAMENTAL QUE O GOVERNO DÊ INÍCIO A UM PROCESSO DE RETIRADA DOS INVASORES E GARIMPEIROS DA ÁREA IANOMÂMI. ISSO É URGENTE

não poderiam auxiliar e serem absolutamente contrários à ação dos garimpeiros? Será que o Estado não pode levar esses homens que estão ali? O Exército está ali junto com Polícia Federal, não se pode coordenar uma ação? Eu acho que é possível, é claro.

Se a nação como um todo não puder tirar 20 mil garimpeiros armados de bacamarte, então temos que temer muito o pequeno exército do Suriname, porque pode invadir isso aqui e fazer o que quiser... Portanto, é urgente fazer uma

ação coordenada. Acredito que Marina Silva, com certeza, vai se esforçar. A presença do presidente Lula ali foi um gesto fantástico, importantíssima, já para dizer aos invasores: “Mudou. A situação não é mais aquela. Por nós, vocês não serão abrigados, não vamos protegê-los. Mudou”. Foi importantíssimo a presença dele lá.

Agora, temos também a Marina Silva na área ambiental, e é importante lembrar o seguinte: como os povos indígenas, principalmente, etnias como os Ianomâmis, você não pode falar deles sem falar do meio ambiente. Estão interligados, vivem exclusivamente do que a natureza oferece. Eles dependem exclusivamente da natureza, do meio ambiente limpo, em pé, de águas limpas, sem mercúrio.

Quando o Estado brasileiro quer, tem condições necessárias para, não só interromper aquilo ali, como retirar e colocar definitivamente uma proteção, porque também não vamos esquecer e fazer como fizemos na época da demarcação – e eu era o responsável como presidente da Funai. Ficamos, fizemos e viramos as costas por outras situações e encheu novamente de garimpeiros. Não vamos nos perder. Vamos pensar que é necessário uma vigilância permanente sobre a área. Eu penso que é possível retirar e, com certeza, o Estado vai movimentar as suas forças e vai conseguir batar ordem, decência e acabar com esse crime que está sendo cometido contra o povo Ianomâmi.

– A comunidade internacional poderia aportar R\$ 100 bilhões para que o Brasil pudesse fazer uma limpeza cidadã na Amazônia, como sugeriu a ministra Marina Silva?

– Há formas e maneiras divergentes de sentir e ver essa situação. Pessoalmente, não vejo uma obrigação de um outro Estado ter que nos auxiliar nisso ou naquilo. Eles

não têm. Eles podem nos auxiliar porque é interessante para eles, porque politicamente é bom ou porque eles têm interesse. Mas não há uma obrigação deles fazerem isso. Então, se puderem e podem, nos auxiliar... A Amazônia é muito grande. Estamos falando de 8,5 milhões de km² só no território brasileiro. E ali cabem áreas indígenas, terras agricultáveis. Cabe a parte boa do agronegócio, as cidades, as áreas protegidas. É uma questão de reorganização dos espaços nacionais. É claro que temos na Amazônia os 22 milhões de habitantes, mas eles, necessariamente, não precisam invadir a terra indígena.

E, penso eu, que quando ela fala nesses milhões de brasileiros que estão ali, nossos conterrâneos, companheiros, mas não acredito, e tenho certeza que ela não está falando em aproveitamento da terra indígena para eles. As terras indígenas são espaços que o Estado brasileiro retirou e concordou que ali viveriam povos diferentes, de organização social diferente, cultura diferente e língua diferente. Então, vamos respeitar esses povos.

Os ianomâmis, quando fomos demarcar, os estudos indicam que a ocupação dessa etnia remonta há mais de 3 mil anos naquela região. O Estado não reconhecer isso e não lhes dar o direito dessa ocupação seria um ato horrível, totalmente contrário aos nossos princípios de justiça, ordem e da democracia. E eu fico pensando muitas vezes, faço às vezes uma comparação porque esses povos lutam constantemente desde 1.500 até hoje. Há vários povos - que não é o caso do ianomâmis porque de certa forma foi demarcado, mas está invadido, então, não foi resolvido o problema - que até hoje necessitam lutar, gritar, berrar para verem reconhecidos seus direitos. E o que eu quero dizer é o seguinte: um cidadão

brasileiro pega um imóvel próprio qualquer, fica ali durante cinco anos, vai diante da Justiça e ganha aquela terra por usucapião. Um cidadão em cinco anos resolve o seu problema.

Por que o Estado brasileiro tem tanta dificuldade em reconhecer a existência de povos indígenas que estão ali há 3 mil anos? É um direito primário sobre a terra, meu Deus! Então, um Estado honesto, correto, como nós queremos que seja daqui para frente com a Presidência de Lula, com certeza vai

OS IANOMÂMIS VIVEM NAQUELA REGIÃO HÁ MAIS DE 3 MIL ANOS. O ESTADO BRASILEIRO PRECISA RECONHECER O DIREITO DELES ÀS SUAS TERRAS

reconhecer. Ele já deu o primeiro passo indo lá. [Lula] colocou a Marina na administração de nossas florestas, rios, na proteção ambiental. Vamos aos poucos, mas rapidamente, porque não pode ser demorado, colocar as coisas nos seus devidos termos. O país é imenso, há terras para todos e não precisamos matar índios para poder sobreviver e nos desenvolver.

As florestas que existem lá, que demarcamos ao longo de todo esse tempo, só estão de pé graças à presença dos povos indígenas. E

isso nos beneficia diretamente. A milhares de quilômetros aqui, ao Sul, somos beneficiados por isso. Então, é só para dizer que a terra indígena não é só para o índio, também é uma proteção para nós.

– Mas e com relação a essa espécie de indenização a ser paga pelos países considerados “desenvolvidos”?

– Não tem o menor problema. Que façam contribuições claras, honestas, como a Alemanha fez anteriormente, que ajudou na demarcação de terras indígenas com dinheiro colocado no BNDES, executado e feito pelo governo do Brasil, dentro das nossas necessidades, dentro da nossa política, não havendo nenhum outro interesse que não a defesa dos povos indígenas e a proteção. Isso, tudo bem. A coisa começa a complicar e ficar de forma diferente se, por trás desse gesto bom, possa haver outras intenções. Dizem que países não têm amigos, mas interesses. Eu acredito que os povos, como as pessoas, também têm amigos, sim. Pode haver e há países e pessoas decentes, corretos, de ação honesta, etc. Mas é preciso que tenhamos um cuidado necessário para separar o joio do trigo.

– Qual é a opinião do senhor sobre essa participação mais ativa de lideranças indígenas dentro do governo?

– Há duas coisas aí. Pelo menos, que a minha experiência indica, e eu vou ser muito claro a respeito. Eu acho que é importantíssima a participação dos índios na condução dos seus problemas, da vida, da política. Com certeza, é importante. Porém, não podemos nos esquecer que o que existe até hoje, até agora, principalmente, na demarcação de terras, das leis, foram feitas pelos brancos. Os brancos que criaram estes dispositivos que os protegem ou não. Então, a participação indígena, hoje, é

muito importante. Sou favorável a isso. Porém, por exemplo, agora se criou o Ministério dos Povos Indígenas. Eu ainda não entendi, não sei se é porque ainda não foi formatado, mas eu não vejo grandes funções nesse ministério.

Eu vejo, por exemplo, a Funai, hoje, tem mais de 60 anos de experiência, é bastante conhecida pelos povos indígenas... Eu acho que [é importante] reorganizar a Funai, recolocar ali pessoas absolutamente comprometidas com a causa indígena, inclusive, índios ali dentro, como é o caso agora da Joênia [Wapichana] que está presidindo e dar a ela condição de efetuar os trabalhos em campo. Isso é muito mais importante do que o ministério. A menos que, depois de instalado totalmente este ministério tenha funções que eu não consiga ver talvez pelo meu afastamento da vida pública.

É mais importante a Fundação Nacional do Índio ser reorganizada com recursos humanos, econômicos, financeiros e refazer novamente... Ontem, eu vi uma portaria já retirando cerca de 50 administradores. São bolsonaristas que estavam ali, pessoas anti-indígenas que tinham que ser afastadas realmente. Esse é um trabalho importantíssimo. A lei que criou a Funai, é a lei que, até hoje, não vi coisa mais bem escrita, delineada, para a proteção dos povos indígenas do que está naquela lei que criou a Funai e deu atribuições a ela. Eu não conheço coisa melhor.

Temos que dar força à Fundação Nacional do Índio. A Joênia é excelente pessoa, já vem de suas lutas dentro do Parlamento e já traz um cabedal de experiência política. Ela poderá fazer um bom trabalho ali se tiver, se lhe forem concedidas as condições econômicas, financeiras e de pessoal para poder tocar a Funai e fazer o trabalho que a Funai tem que é, basicamente, sobre as terras indígenas, na proteção dos povos iso-

lados. Se ela fizer um bom trabalho na Funai, acredito que vamos evitar muita coisa ruim.

– Bolsonaro e integrantes do seu governo devem ser responsabilizados judicialmente?

– Antes de responder diretamente isso, vou dizer uma coisa. A meu ver, olhando toda a história que envolve os povos indígenas, eu não consigo ver um período pior que esse do Bolsonaro. E vou dizer o porquê. Esse período trata de uma

TEMOS QUE DAR FORÇA À FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, QUE EXISTE HÁ QUASE 60 ANOS E DOTÁ-LA COM MAIS RECURSOS, HUMANOS E FINANCEIROS

ideia que foi organizada, pensada, preparada, colocada dentro do governo, utilizando a máquina do governo para ter o resultado que estamos vendo agora: os índios sem terra, esfomeados. Portanto, eu penso que o comandante geral dessa coisa horrível, o senhor Bolsonaro, dessa extrema-direita nefasta ao Brasil, ao mundo, deve ser responsabilizado. Chega de anistia. Chega de anistia, gente. Fizemos aquela primeira anistia de 1979, ficaram todos livres, embora tenham matado brasileiros. Deturparam, durante 20 anos, a Nação

em todos os aspectos e ficou por isso mesmo.

Se a gente fizer novamente isso, vai ficar claro que “olha, vamos cometer novamente porque não acontece nada. No final, vira uma pizza e a gente, cada um come um pedacinho e fica por isso mesmo”. Eu acho que o Tribunal de Haia deve estar presente nesse julgamento, como também a Nação e nossos tribunais. E ele deve ser chamado à responsabilidade porque esses quatro anos do senhor Bolsonaro foram os piores anos, algo que pode ser considerado um genocídio. Estamos vendo o resultado. Não podemos “passar a mão por cima” e engolir novamente esses erros crassos e deixar tudo como antes. É tomar providências sérias a esse respeito.

– Eu queria que o senhor falasse um pouco sobre aquele território porque tem muitos povos considerados isolados. Qual é a importância desse território e por que não fazer o contato?

– Você deve saber que quem mudou a política de contato fui eu quando criei o departamento [de Povos Isolados, na Funai] e paramos de tentar fazer contato. Porque a ideia inicial do [marechal Cândido] Rondon era ótima. “São nossos irmãos, vamos atrás deles para que possam usufruir das benesses da civilização”, aquela coisa. E vimos que nada disso aconteceu. O Rondon, próximo à sua morte, se arrependeu de todos os contatos que tinha feito. Ele deixou claro, “se pudesse, não deveríamos ter feito os contatos que fizemos”. É difícil mexer com esses povos que são diferenciados, distantes no tempo, no espaço, da nossa visão de mundo. Sempre é uma violência. Por isso e por ter feito vários contatos – eu fiz com sete grupos diferentes – tive uma atividade muito forte nessa área.

E eu era do pensamento rondoniano, também achava que

“vamos chamar nossos irmãos”, mas vimos que isso não acontecia, que era necessário haver uma mudança, porque dentro do Brasil você tem as administrações, principalmente as da Amazônia, onde cada um tinha uma ideia. “Eu, aqui na minha administração, não faço contato com índio”. O outro lá, “não, eu aqui vou fazer”. E era tudo no interesse das administrações e da política local. Eu falei: não pode ser assim. Essas coisas todas somadas, foi o que me movimentou a criar um departamento dentro da Funai, na época, o presidente da Funai me apoiou, fizemos todas as mudanças que tínhamos que ter feito e criamos o departamento. Depois disso, fiz o primeiro encontro internacional sobre povos indígenas da Amazônia e do Gran-Chaco, em Belém.

Convidei todos os países vizinhos que têm ainda algum grupo ou dois ou três grupos de índios isolados. Convidei não só comunidades indígenas para estarem presentes, os seus representantes, como também a Procuradoria Geral de cada um desses países. Querendo ou não querendo, depois desse encontro, temos hoje na Bolívia, Paraguai, Peru, esta política definitivamente colocada.

– E por que não fazer o contato?

– Vamos voltar ao porque de fazê-lo. Era um porque baseado no Rondon, conforme falei. Ele era um positivista, da filosofia de Auguste Comte, e tinha a visão dos homens irmanados se auxiliando mutuamente. Com o passar do tempo, vemos que nada disso floresceu. E o próprio Rondon bateu no peito e disse: “Mea culpa, mea culpa”. Porque ele também fez vários contatos. E a conclusão que a diferença entre nós é tão grande que é melhor... Se não entendemos, não conhecemos uma coisa, não mexemos nela. Deixa quieta, vamos delimitar o seu território. Vamos delimitar a terra. A terra não pren-

de eles. Não é um ambiente que ele não sai dali, é um limite para o branco não ultrapassar. Não é para o índio não sair, o índio sai a hora que ele quiser. E o dia que ele quiser ampliar o conhecimento com o branco, o que é um pouco difícil, porque na história toda vez que o branco chegou próximo dele, foi para causar o mal.

Então, eles têm um receio terrível. Portanto, vamos deixá-los, vamos proteger o meio ambiente. São povos pequenos. A outra par-

RONDON SE ARREPENDEU DEPOIS DOS MUITOS CONTATOS QUE FEZ COM OS ÍNDIOS ISOLADOS. PRECISAMOS RESPEITAR OS INDÍGENAS

te da sua pergunta é sobre o número de povos isolados. Depois que eu saí do departamento que havia criado, eu creio que os que passaram ali, talvez, pela necessidade de solicitar mais recursos, porque sabe como é, em governo as necessidades são sempre maiores do que os recursos que estão à disposição. Então, eu estou imaginando que o pessoal que esteve ali depois de mim aumentou a questão dos povos isolados, numericamente. Talvez até conseguiu um pouco mais de recursos, alguma coisa assim. Agora, uma

coisa é você dizer que no Brasil tem três grupos indígenas [isolados] e outra coisa é você dizer que tem 150, 200 grupos. É totalmente diferente.

E isso pesa no orçamento. Há um erro fundamental que está sendo divulgado. As organizações não governamentais que estão aí podem até errar um número ou omitir. É natural que isso possa acontecer. O Estado é que não pode falar mentiras, informar erradamente. O Estado tem que divulgar a verdade e o que é correto e certo. Então, falam hoje sobre 150 grupos de índios isolados no Brasil, que em tal lugar tem 40 grupos. Tudo isso não é verdade.

Você não encontrará um só grupo desse, ainda isolado, que tenha mais de 150 pessoas. Isso desfaz, isso diminui a importância deles? Não. Esses povos são donos de línguas que nós nem sabemos, donos de uma história, de uma cultura que devemos preservar, que devemos proteger. Essa é a importância dos povos isolados.

Agora, recentemente, morreu aquele índio que nós chamávamos de “índio do buraco”. No meu departamento, naquela época, criamos uma frente que englobava em território o índio do buraco. Eu vi, por acaso, as imagens da autópsia sobre ele. Esse homem viveu só a vida inteira. Ele morreu sozinho. Não quis nada. Nós nos aproximamos dele várias vezes, com várias línguas faladas indígenas, e ele nunca respondeu. Em algum momento da vida, ainda que seja quando era jovem, viveu com pessoas, tanto é que sabia fazer arco, flecha. Fazia sua rocinha, colhia o milho. Então, teve uma proteção familiar que o ensinou. Como esse pessoal faleceu, desapareceu? Com certeza é pela ocupação violenta que houve naquela região. Foram mortos e ele sobrou e viveu sozinho. •



MORTE E DESTRUÇÃO NO CORAÇÃO DA SELVA AMAZÔNICA

Omissão criminosa de Jair Bolsonaro já levou à morte mais de 570 crianças ianomâmis. O descaso do antigo governo pode resultar em condenações ao ex-presidente, que enfrenta denúncias na Justiça Federal e no Tribunal Penal Internacional

A crise humanitária vivida pelo povo ianomâmi por inação e omissão do governo Jair Bolsonaro pode resultar na condenação do ex-presidente e outras autoridades. Tanto na Justiça Federal quanto no Tribunal Penal Internacional. No dia 26, a Polícia Federal anunciou a abertura de um inquérito para investigar se houve crime de genocídio e omissão de socorro ao povo ianomâmi pelo antigo governo. A investigação vai começar após um pedido feito pelo ministro da Justiça, Flávio Dino.

O ex-presidente continua a pesar de vítima. Bolsonaro escreveu em aplicativo de mensagens que a denúncia sobre a crise humanitária envolvendo os índios ianomâmi é uma “farsa da esquerda”. Ele diz que o seu governo levou atenção especializada para territórios indígenas. Na semana anterior, o governo Lula declarou emergência médica na Terra Indígena Yanomami, a maior reserva indígena do Brasil, após relatos de crianças morrendo de desnutrição e outras doenças causadas pela mineração ilegal de ouro. São mais de 570 crianças indígenas que morreram por desamparo do Estado.

Deputados do PT entraram no dia 22 com uma representação criminal no Ministério Público Federal contra Bolsonaro por genocídio. A senadora eleita Damare Alves (PL-DF), ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, bem como todos os ex-presidentes da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), no governo anterior, também são alvos da ação. De acordo com o Ministério da Saúde, nos últimos quatro anos

570 crianças ianomâmis morreram de fome ou em decorrência de contaminação por mercúrio, por causa do garimpo ilegal.

Ainda há outras duas denúncias em avaliação preliminar no Tribunal Penal Internacional, localizado em Haia, nos Países Baixos. A Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Comissão Arns, formada por juristas brasileiros, incluindo os ex-ministros José Carlos Dias e José Gregori, defendem que o ex-presidente cometeu crimes de genocídio durante a pandemia de covid-19 e na forma como lidou com a proteção dos indígenas nos últimos quatro anos. O líder David Kopenawa, já havia denunciado pessoalmente o descaso do governo Bolsonaro em março de 2020, perante a Corte de Haia.

Naquela ocasião, o desabafo

KOPENAWA: “MEU POVO TEM O DIREITO DE VIVER EM PAZ E EM BOA SAÚDE, PORQUE ELE VIVE EM SUA PRÓPRIA CASA. NA FLORESTA, ESTAMOS EM CASA”

de Kopenawa foi dramático: “Gostaria que os Direitos Humanos da ONU pudessem olhar para nós e nos dar um apoio muito forte para que as autoridades do Brasil – os políticos dos municípios, dos estados e da capital – todos esses brancos das cidades, nos respeitem e não nos molestem mais. Que eles compreendam e reconheçam os direitos dos seres humanos, assim como faz a ONU. Os Direitos Humanos da ONU são construídos para defender os que sofrem”.

E continuou o apelo: “Meu povo tem o direito de viver em paz e em boa saúde, porque ele vive em sua própria casa. Na floresta estamos em casa! Os brancos não podem destruir nossa casa, senão, tudo isso não vai terminar bem para o mundo. Cuidamos da floresta para todos, não só para os ianomâmis e os povos isolados. Trabalhamos com os nossos xamãs, que conhecem bem essas coisas, que possuem uma sabedoria que vem do contato com a terra. A ONU precisa falar com as autoridades do Brasil para retirar – imediatamente – os garimpeiros que cercam os isolados e todos os outros em nossa floresta”.

Agora, mais cinco entidades voltaram a denunciar o ex-presidente ao Tribunal Penal Internacional por genocídio em razão do descaso com as comunidades ianomâmis, assoladas pela desnutrição em função da invasão de suas terras, situadas em Roraima, por garimpeiros. A denúncia foi oferecida dia 25 pela Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Associação Brasileira



Martin Bureau/AFP



DENÚNCIA O líder Davi Kopenawa esteve na Comissão de Direitos Humanos da ONU para denunciar o governo...

de Enfermagem (Aben) e a Associação da Rede Unida. As ONGs pedem que o tribunal admita a representação criminal e instaurar uma investigação para apurar a omissão do ex-presidente na proteção aos indígenas.

As organizações da sociedade civil apontam que Bolsonaro ignorou dezenas de pedidos de auxílio, estimulou o garimpo ilegal e deixou de tomar providências determinadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ainda citam que os dados disponíveis sobre as condições de saúde dos ianomâmis eram ocultados ou de difícil acesso. A Procuradoria Geral da República não abriu nenhum inquérito nem há procedimento criminal em vigor por parte do Brasil.

“O biopopulismo desenvolvido pelo Sr. Jair Messias Bolsonaro contra os ianomâmis aumentou a vulnerabilidade sanitária a ponto de ameaçar a existência do grupo étnico, inclusive com aumento de mortes que poderiam ser evitadas”, dizem as entidades na denúncia oferecida ao TPI. Juristas apontam que há elementos suficientes para iniciar uma investigação, mas que é preciso encontrar evidências e provas para seguir com eventuais julgamentos no futuro.

Em 1º de julho de 2022, a Corte

Interamericana de Direitos Humanos emitiu uma decisão cobrando uma resposta do Brasil para “proteger a vida, a integridade pessoal e a saúde dos membros dos povos indígenas ianomâmi, iecwana e mundurucu”. A comissão que avaliou o caso disse que a situação dos indivíduos dessas três populações era de “extrema gravidade e urgência”. Entre as medidas que o país precisaria tomar, a corte apontou a necessidade de “proteger efetivamente a vida, a integridade pessoal, a saúde e o acesso à alimentação e água potável” desses povos.

A corte da OEA pediu ao Estado brasileiro um relatório com um resumo das ações que foram tomadas para reverter a situação até 20 de setembro de 2022. Depois disso, novas atualizações sobre o caso deveriam ser enviadas a cada três meses. Até hoje a Corte Interamericana de Direitos Humanos está esperando uma resposta por parte do Brasil.

As denúncias sobre a omissão do governo Bolsonaro diante da invasão de terras indígenas, estimulando a pesca predatória, o garimpo ilegal e o desmatamento descontrolado remonta ao início de 2020. O relatório Yanomami Sob Ataque, publicado em abril de 2022 pela Hutukara Associação Yanomami e pela Associação Wa-

nasseduume Ye'kwana, com assessoria técnica do Instituto Socioambiental, denunciou a extração ilegal de ouro e outros minérios na região.

“Sabe-se que o problema do garimpo ilegal não é uma novidade na TIY [Terra Indígena Yanomami]. Entretanto, sua escala e intensidade cresceram de maneira impressionante nos últimos cinco anos. Dados do MapBiomas indicam que a partir de 2016 a curva de destruição do garimpo assumiu uma trajetória ascendente e, desde então, tem acumulado taxas cada vez maiores. Nos cálculos da plataforma, de 2016 a 2020 o garimpo na TIY cresceu nada menos que 3.350%”, aponta o texto.

O levantamento das associações mostra que, em outubro de 2018, a área total destruída pelo garimpo somava pouco mais de 1.200 hectares. “Desde então, a área impactada mais do que dobrou, atingindo em dezembro de 2021 o total de 3.272 hectares”, aponta.

Durante os quatro anos de presidência, Bolsonaro falou diversas vezes sobre a mineração em terras indígenas – o governo propôs inclusive um projeto de lei que viabilizaria a prática dentro da lei. Em março de 2022, por exemplo, disse: “índio quer internet, quer



Urjhi Yanomami

SÓ COM LULA, CRISE HUMANITÁRIA PASSOU A SER ENFRENTADA

A atuação do governo brasileiro só voltou a contemplar medidas de amparo e proteção aos povos indígenas depois que Lula assumiu a Presidência da República. No dia 16, ele foi pessoalmente a Roraima acompanhado de ministros para ver a situação do povo ianomâmi, preocupado com os relatos que ouviu da equipe da ministra da Saúde, Nísia Trindade. Lula ficou chocado com o que presenciou no hospital público montado em Boa Vista para atender aos ianomâmis resgatados pela equipe do governo: “É desumano o que eu vi aqui”, lamentou o presidente.

Entre as ações emergenciais adotadas por Lula, o governo anunciou o envio de profissionais de saúde e a criação de hospitais de campanha para atender aos pacientes colhidos nas aldeias com graves sintomas de desnutrição e malária. Segundo o secretário de Saúde Indígena do ministério, Ricardo Weibe Tappeba, mais de 1 mil indivíduos já foram resgatados em situação de extrema vulnerabilidade das al-

deias na área indígena.

No dia 26, o governo dos Estados Unidos afirmou que está “muito preocupado com a situação humanitária e de saúde dos ianomâmis”. As imagens de crianças e adultos em estado grave de desnutrição, e com doenças como malária e verminoses, causaram consternação no mundo.

Um porta-voz do Departamento de Estado dos EUA declarou que o governo Lula ainda avalia o escopo da crise humanitária e medidas adicionais que poderiam ser apropriadas, mas assegurou que “o governo dos EUA está pronto para ajudar de qualquer maneira possível”.

Nesta segunda-feira, 29, equipes dos ministérios do Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Regional e Saúde chegam em Roraima para colocar em prática um plano integrado com o governo do estado para dar assistência ao povo ianomâmi. O envio das equipes foi articulado com o governador de Roraima, Antônio Denarium. O objetivo é solucionar a grave crise humanitária. •

...Bolsonaro pela omissão criminosa

explorar de forma legal a sua terra, não só para agricultura, mas também para garimpo”. E destacou: “A Amazônia é uma área riquíssima. Em Roraima, há uma tabela periódica debaixo da terra”.

Santos Junior, que integra a Comissão Arns, entende que são vários os exemplos do estímulo de Bolsonaro ao garimpo. “Os garimpeiros vão se apropriando das áreas, desmatam a floresta, invadem unidades básicas de saúde... Quem dá suporte a isso é justamente quem incentiva o garimpo e o desmatamento, quem não dá as condições para que povos e etnias sobrevivam”, acusa.

O Ministério Público Federal também fez operações para apurar desvios de medicamentos em território ianomâmi. Segundo procuradores, só 30% de mais de 90 tipos de medicamentos que deveriam ser fornecidos foram entregues em 2022. O MPF diz que o desvio de vermífugos impediu o tratamento adequado para 10 mil das 13 mil crianças que vivem nesta região. Há ainda denúncias sobre a interrupção no fornecimento de alimentos. Ainda no governo Bolsonaro, o Ministério da Saúde cortou o fornecimento de alimentação aos indígenas nos postos de saúde do Estado em 2020, sem dar explicações. •

Ricardo Stuckert



DIFERENÇA Lula visita hospital que atende aos índios ianomâmis em Boa Vista



BANCO DOS RÉUS Ao lado do então ministro Anderson Torres, Bolsonaro adotou no governo agenda anti-indígena

ACUSAÇÃO DE GENOCÍDIO É REAL

Fora do poder, ex-presidente Jair Bolsonaro vai enfrentar o banco dos réus em Haia, na Holanda. O caso no TPI está avançado e ele já foi condenado pelo Tribunal Permanente dos Povos, por sua ação durante a pandemia de covid-19

O Tribunal Penal Internacional diz que o genocídio é caracterizado pela “intenção específica de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, matando seus membros por outros meios, causar lesões corporais ou mentais graves, impor deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar a destruição física total ou parcial, impor medidas destinadas a prevenir nascimentos ou transferir forçadamente crianças de um grupo para outro”.

A jurista Sylvia Steiner, única brasileira que foi juíza da corte de Haia entre 2003 e 2012, explica

que “genocídio não é qualquer matança”. “Tem que existir a intenção de destruir um grupo por causa da nacionalidade, da etnia, da raça ou da religião dele”, resume. Ela lembra ainda que há uma diferença entre genocídio e crimes contra a humanidade.

“Crimes contra a humanidade são aqueles praticados por parte de uma política de um Estado ou de uma organização que atacam a população civil. Eles incluem assassinato, violência sexual, deportação forçada, perseguição, extermínio, escravidão”, lista Steiner. “Nesse caso, não existe um dolo especial, ou seja, a intenção clara de eliminar um grupo por ques-

tões como nacionalidade, etnia, raça, religião”, complementa.

Localizado em Haia, o Tribunal Penal Internacional julga casos de genocídio e crimes contra a humanidade. Segundo a BBC, o advogado Belisário dos Santos Junior, da Comissão Internacional de Juristas, lembra que o Brasil possui uma lei sobre o genocídio desde 1956. “Ela foi aprovada ainda no governo de Juscelino Kubistchek, que reconhece não apenas a ação direta, mas também a incitação ao genocídio”, cita.

Em setembro de 2022, o Tribunal Permanente dos Povos condenou Bolsonaro por crimes contra a humanidade cometidos durante a

pandemia da covid-19 e indicou que uma outra política teria salvo pelo menos 100 mil pessoas. A condenação, porém, não deve ter consequências práticas contra Bolsonaro. O órgão internacional, criado nos anos 70, não tem o peso do Tribunal Penal Internacional, em Haia, nem a capacidade de tomar ações contra um estado ou chefe de governo.

A sentença declarou que o brasileiro foi diretamente responsável por graves violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade. Bolsonaro, segundo o tribunal, cometeu "atos dolosos" e "intencionais" contra sua população. Os membros do órgão ainda recomendam que o Tribunal Penal Internacional avalie a possibilidade de genocídio cometido pelo Estado, ao longo de décadas e intensificada mais recentemente.

Na época, um dos membros da corte, Gianni Tognoni, declarou que o tribunal recebeu "indícios substanciais" e que o governo Bolsonaro jamais respondeu aos convites da entidade para participar do processo. O principal foco do tribunal foi a "violação sistemática" dos direitos do povo brasileiro, diante das políticas adotadas durante a covid-19. "Ao violar profundamente seus poderes, o governo e o presidente transformaram uma emergência severa, que pedia proteção adequada, em uma ocasião para atacar populações já discriminadas, qualificadas como descartáveis", disse. Segundo ele, a vacinação foi prova disso.

Com sede em Roma, na Itália, e definido como um tribunal internacional de opinião, o TPP se dedica a determinar onde, quando e como direitos fundamentais de povos e indivíduos foram violados. Dentro de suas atribuições, instaura processos que examinam os nexos causais de violações e denuncia os autores dos crimes perante a opinião pública internacional.

Um exemplo de sua relevância remete à sessão sobre a Argentina, na década de 1980, quando foi apresentada a primeira lista de desaparecidos políticos do regime militar no país. O tribunal pioneiro foi organizado em 1966 pelo filósofo britânico Bertand Russell, com mediação do escritor e filósofo francês Jean-Paul Sartre e participação de intelectuais da envergadura do político italiano Lelio Basso, da escritora Simone de Beauvoir, do ativista norte-americano Ralph Shoenmane do escritor argentino Julio Cortázar.

Na ocasião, o tribunal investigou crimes cometidos na intervenção militar norte-americana no Vietnã.

Nos anos seguintes, tribunais semelhantes foram criados sob o mesmo modelo, investigando temas como as violações de direitos humanos nas ditaduras da Argentina e do Brasil (Roma, 1973), o golpe militar no Chile (Roma, 1974-1976), a questão dos direitos humanos na psiquiatria (Berlim, 2001) e as guerras do Iraque (Bruxelas, 2004), na Palestina (Barcelona, 2009-2012), no leste da Ucrânia (Veneza, 2014). •

MORRE MULHER IANOMÂMI

Uma mulher indígena ianomâmi que teve sua imagem divulgada em grave estado de desnutrição logo após a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Boa Vista, capital de Roraima, em 16 de janeiro, não resistiu e morreu. A informação foi divulgada pela Urihi Associação Yanomami em nota à imprensa. A entidade pediu que a foto da mulher, que estava em grave estado de desnutrição, não seja mais compartilhada, em respeito a questões culturais.

"Na cultura ianomâmi, após o falecimento, não pronunciamos o nome da pessoa, queimamos todos os seus pertences, e não permitimos que fotografias permaneçam sendo divulgadas", explicou a associação, em nota. "Estamos vivenciando uma crise humanitária, e sabemos que o governo se mobilizou buscando ações que ofereçam todo o suporte que a população necessita neste momento. É um momento triste, mas continuamos com toda força para que os ianomâmis tenham sua dignidade de volta".

No ano passado, outro relato sobre a invasão às terras ianomâmis que chocaram o Brasil foi o da mulher indígena que acusou garimpeiros de promoverem estupro coletivo nas aldeias. "Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres ianomâmis?", questionou a mulher em reportagem-denúncia da jornalista Talita Bedinelli, veiculada pelo site de notícias Sumaúma. O texto voltou a ser compartilhado com intensidade nas redes sociais. E mostra como Bolsonaro permaneceu omissos diante dos reiterados alertas de que a situação na terra ianomâmi era grave. •

POLÍTICA



Tomasso Protti

DÁ PARA RESTAURAR O BRASIL?

Em reportagem para a revista americana *The New Yorker*, Jon Lee Anderson escreve que, após a pena de prisão, uma eleição tensa e quase um golpe, Lula assume pela terceira vez o comando de um Brasil fraturado pelo golpismo de Bolsonaro

Jon Lee Anderson | *The New Yorker*

Por toda a imensa cidade de São Paulo, cartazes em postes telefônicos exibem uma imagem pop art do recém-eleito presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva - Lula, como é universalmente conhecido. Sua cabeça é coroada por cachos escuros, seu rosto adornado com uma estrela vermelha, símbolo de seu Partido dos Trabalhadores. É uma visão de Lula em seus primeiros dias: o idealista de esquerda, o líder grevista carismático, o profeta de um futuro imaginário em que o Brasil se tornaria um centro de justiça social onde ninguém passaria fome, a floresta tropical seria protegida, e a inimizade entre raças e classes se dissolveu. É um velho clichê dizer que o Brasil é o país do futuro - um futuro que nunca chegará. Também é verdade que o colosso da América Latina não realizou muitas das esperanças de seu povo.

Por gerações de brasileiros, Lula é a figura pública mais familiar do país. Ele cumpriu dois mandatos anteriores como presidente, de 2003 a 2010. Em 2018, foi preso sob a acusação de lavagem de dinheiro e corrupção. Lula negou qualquer irregularidade, insistindo que foi vítima de um esquema de vingança política. Sua candidatura representou um retorno quase sem precedentes.

Depois de uma longa carreira de crises constantes, de triunfos e batalhas, Lula parece ter a idade

que tem. Ele tem 77 anos, baixo e robusto, com postura ereta de galo e peito estufado. Suas mãos são duras, como as de um boxeador, mas sua pele é pálida e seu cabelo encaracolado ficou ralo e branco. Quando o vi em novembro passado, poucos dias depois de ter vencido a eleição presidencial, ele entrou na sala de uma suíte de hotel em São Paulo cercado por uma falange de assessores e seguranças. Ele estava vestido com um paletó cinza de político e calças, que ele parecia desejar poder trocar por sua costureira guayabera e jeans.

Lula parecia não apenas exausto, mas também indisposto. Em 2011, apenas um ano depois de quebrar o hábito de fumar de meio século, ele recebeu o diagnóstico de câncer na garganta e passou por quimioterapia. Os médicos o instaram a tomar cuidado especial com a garganta, mas é claro que ele os ignorou durante a campanha e, muitas vezes, quando falava agora, sua voz se reduzia a um grunhido rouco e teatral. Durante o anúncio da vitória, ele parecia se esforçar para produzir um sussurro apaixonado.

Os discursos de campanha de Lula sugeriam que ele estava envolvido em um conflito existencial. Seu oponente era Jair Bolsonaro, o presidente, um populista de direita que ficou conhecido como "o Trump dos trópicos" e um dos líderes mais controversos do hemisfério. Como Trump, ele chegou

ao poder apelando aos eleitores indignados com o direito ao aborto, o casamento gay e a educação sexual nas escolas primárias. Ao longo de sua carreira, sua retórica foi muitas vezes odiosa. Certa vez, ele dispensou uma deputada dizendo que ela "não valia a pena estuprá-la, ela é muito feia". Sobre o assunto da homossexualidade, disse: "Se seu filho começar a ficar assim, um pouco gay, você bate nele e muda o comportamento dele". No cargo, ele permitiu que corporações invadissem a floresta tropical praticamente sem impedimentos e que a polícia atirasse em suspeitos sem restrições. Respondendo ao covid-19, foi negligente e muitas vezes cruel, dizendo a seus cidadãos: "Todo mundo tem que morrer um dia. Temos que deixar de ser um país de maricas." O Brasil teve quase 700 mil mortes relatadas, perdendo apenas para os Estados Unidos.

Lula, em sua campanha, havia falado em termos quase messiânicos sobre seu desejo de "resgatar" o Brasil. Ele também começou a falar sobre Deus, sua idade, como se sentia sortudo por ter suportado suas adversidades. Na noite em que finalmente venceu, disse: "Eles tentaram me enterrar vivo, mas eu sobrevivi. Aqui estou."

Quando vi Lula pela última vez, em dezembro de 2019, ele parecia vigoroso e relativamente jovem. Agora, apesar de sua retórica de campanha, ele parecia um pouco sobrecarregado com as perspecti-

vas que enfrentava em sua missão de salvar o Brasil. Afundando em uma cadeira e exalando pesadamente, ele disse que tinha estado ao telefone durante toda a manhã com líderes mundiais que ligaram para parabenizá-lo. Quando perguntei quais iniciativas políticas planejava, ele falou quase de cor, como se ainda estivesse em campanha. Mas quando eu disse que, fora do Brasil, muita gente esperava que ele salvasse não só o seu país, mas o meio ambiente global, revertendo o desmatamento da Amazônia, seus olhos se arregalaram quase com medo, e ele exclamou: “Sim, eu sei!” Estendendo a mão para agarrar meu joelho, ele se inclinou e começou a falar intensamente sobre remodelar o país. “As pessoas estão muito otimistas sobre nossa governança”, disse ele. “As pessoas estão esperando que algo mude, e isso vai mudar.” Era o Lula do cartaz da pop art, o militante da esquerda que encantava os brasileiros desde sua primeira aparição no cenário nacional, quarenta anos antes. Mas agora o país ao seu redor é diferente, dividido nitidamente entre aqueles que o amam e aqueles que o desprezam.

No dia de Ano Novo, Lula tomou posse na capital, Brasília, uma cidade extensa esculpida no cerrado no final dos anos 1950. Em discurso no Palácio do Planalto, prédio modernista que abriga a Presidência da República, fez uma tentativa de conciliação. “Não existem dois Brasis”, disse. “Não interessa a ninguém viver numa família onde reina a discórdia. É hora de reaproximar as famílias, de refazer os laços rompidos pela propagação criminoso do ódio.”

Uma semana depois, apoiadores de Bolsonaro invadiram a capital, chegando em mais de cem ônibus de todo o país para derrubar o que eles insistiam ser uma eleição roubada. Gritando: “Derube os ladrões!” e “Morreremos

pelo Brasil!”, invadiram a Presidência da República, o STF e o Legislativo, ateando fogo e destruindo tudo o que encontravam.

Por ordem de Lula, as autoridades brasileiras agiram rapidamente para reverter o cerco, prendendo mais de 1.500 manifestantes e prometendo um inquérito sobre as origens da violência. Lula também orquestrou uma demonstração de união: dezenas de líderes dos governos estaduais, incluindo alguns leais a Bolsonaro, caminharam de braços dados pela vasta praça que liga o Palácio do Planalto ao Supremo Tribunal Federal.

LULA PARECE CONSCIENTE DE QUE FAZER O PAÍS FUNCIONAR DEPOIS DE QUATRO ANOS DE UM GOVERNO AUTORITÁRIO SERÁ UM DESAFIO GIGANTE

Foi um gesto eficaz – um lembrete dos protestos de rua que ajudaram a estabelecer sua reputação décadas antes. Mas Lula parece consciente de que fazer o país funcionar depois de quatro anos de governo autoritário será um desafio profundamente maior. “Minha responsabilidade é muito maior agora”, ele me disse. “O peso nas minhas costas é maior.”

No último dia 1º de outubro, um dia antes do início da votação

para a eleição presidencial, Lula estava na traseira de uma caminhonete que circulava pela Rua Augusta, uma rua estreita de São Paulo conhecida por seus bares, sex shops e vida noturna barulhenta. Multidões se aglomeraram nas calçadas e nas varandas dos apartamentos, e mais congestionaram a rua ao redor de sua caminhonete. As eleições brasileiras têm dois turnos, mas qualquer candidato que obtiver maioria simples no primeiro turno pode garantir a Presidência. Lula, que está em sua melhor forma em meio a uma multidão de apoiadores, esperava inspirar os eleitores a colocá-lo no cargo sem demora.

As regras eleitorais proíbem os candidatos de falar com os eleitores no último dia de campanha, então Lula acenou em silêncio e jogou beijos. A multidão era barulhenta, porém: a música tocava nos alto-falantes de seu veículo e as pessoas dançavam nas ruas. De repente, Lula começou a pular no caminhão, como uma criança em uma roda de dança punk. Com seu incentivo, o aliado de campanha Fernando Haddad, duas décadas mais novo e uma cabeça mais alto, também começou a pular. Enquanto eles saltavam, mais ou menos no ritmo da música, os espectadores os aplaudiam. O vídeo do espetáculo logo se espalhou nas redes sociais.

Foi um momento de animação em uma campanha contenciosa, que dividiu os eleitores sobre questões sobre que tipo de país o Brasil é e que tipo deveria ser. Os seguidores de Lula tendiam a ser mais jovens, multirraciais e de baixa renda, com um considerável contingente LGBTQ; Bolsonaro é mais velho, mais branco e mais rico. Enquanto a barulhenta cavalgada de Lula descia a rua Augusta, uma procissão de Bolsonaro atravessou uma avenida próxima, acompanhada por esquadrões de homens em motocicletas.

A maioria das pesquisas sugeria que Lula venceria por uma margem confortável. Mas era incerto se Bolsonaro honraria o resultado da eleição caso perdesse. Assim como Donald Trump, com quem havia estabelecido um relacionamento próximo, Bolsonaro há muito questionava a segurança das urnas eletrônicas do Brasil – embora elas tivessem afirmado sua vitória na eleição anterior. Em 2021, ele disse a um grupo de partidários que via apenas três cenários possíveis para si mesmo na eleição: vitória, prisão ou morte. Ele parecia estar preparando seus apoiadores, os bolsonaristas, para rejeitar qualquer resultado que favorecesse Lula. Também havia insinuado repetidamente que as Forças Armadas, onde mantinha grande apoio, o apoiariam em uma eleição contestada. Seu ministro da Defesa, um ex-general linha-dura, fez comentários ameaçadores sobre a possibilidade de intervenção militar.

Nos Estados Unidos, os aliados de Trump ajudaram a ampliar os argumentos de Bolsonaro. Na Fox News, Tucker Carlson alertou que Lula seria uma marionete do presidente chinês, Xi Jinping. “Permitir que o Brasil seja uma colônia da China seria um golpe significativo para nós e potencialmente uma ameaça militar muito séria”, disse. “A administração Biden parece ser a favor disso. Uma pessoa que enfaticamente não é a favor disso é o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro”. (Dias antes, Carlson havia conduzido uma entrevista bajuladora com Bolsonaro, sugerindo que ele era um líder melhor do que o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, e posando com ele para fotos depois usando um cocar de penas indígenas.) O ex-funcionário de Trump, Steve Bannon, alimentou temores que Lula pretendia trapacear para chegar ao poder: “Bolsonaro vai ganhar se não for roubado por, adivinhe?”

Com as preocupações crescentes, o governo Biden silenciosamente enviou emissários, incluindo o secretário de Defesa Lloyd Austin, para alertar Bolsonaro, seus altos funcionários e os militares para não interferir na eleição. Como me disse um funcionário dos EUA familiarizado com o alcance: “Fizemos uma política concertada para que eles soubessem onde estavam os limites para nós. O resultado da eleição era problema deles, mas o que nos importava era que o processo fosse respeitado. Acharmos que eles ouviram”.

O Tribunal Superior Eleitoral do Brasil também se juntou ao esforço. Seu chefe, Alexandre de Moraes, agiu rapidamente para envolver as Forças Armadas, convidando-as a participar de uma comissão de transparência eleitoral. Para neutralizar as reivindicações de Bolsonaro, também providenciou para que os militares inspecionassem várias máquinas de votação no dia da eleição. A proposta atraiu críticas de defensores da independência eleitoral, mas as Forças Armadas concordaram. Aconteça o que acontecer, ao que parece, é improvável que lancem um golpe.

As preocupações com a estabilidade do governo não eram levianas. A democracia tem raízes tênues no Brasil. De 1964 a 1985, o país foi governado por uma ditadura militar, cujos oficiais oprimiram duramente sindicalistas, clérigos, acadêmicos e o minúsculo contingente de guerrilheiros marxistas do país. Quase quinhentas pessoas foram mortas e milhares foram presas e torturadas – incluindo Dilma Rousseff, a sucessora de Lula como presidente, que foi capturada quando jovem. Ela era uma guerrilheira urbana.

Alguns dos vizinhos do Brasil sofreram muito pior. Na Argentina, entre 9 mil e 30 mil pessoas foram torturadas, assassinadas e

“desaparecidas” pelos militares. Mas, enquanto a Argentina reconheceu as atrocidades do regime em uma série de julgamentos, o Brasil deixou seus militares intocados, aprovando uma lei em 1979 para conceder anistia para abusos. Como instituição, não expressou nenhum remorso.

O legado relativamente não examinado da ditadura brasileira, na qual os militares de extrema direita atacaram tanto os manifestantes de esquerda quanto os democratas, ainda informa a política do país. Bolsonaro, um ex-capitão do Exército, era um participante ávido da ditadura e, durante um mandato de 27 anos no parlamento, muitas vezes pediu o retorno ao regime militar. Em uma famosa explosão, ele disse que os militares não tinham ido longe o suficiente – que, se tivessem matado mais 30 mil pessoas, os problemas do Brasil com os esquerdistas teriam sido resolvidos. Em 2016, quando o Congresso do Brasil aprovou o impeachment de Dilma Rousseff, Bolsonaro votou em nome de um notório coronel militar que comandou a unidade que a torturou.

Lula, por outro lado, é o arquétipo da esquerda brasileira. Ele nasceu pobre, o sexto de sete filhos. Seus pais trabalhavam como fazendeiros em Pernambuco, um estado atingido pela fome no nordeste do país. Quando Lula era criança, seu pai partiu para São Paulo, em busca de uma vida mais estável, e encontrou trabalho como diarista. Quando o resto da família pôde se juntar a ele, e Lula tinha 7 anos, já havia encontrado outra mulher e começado uma nova família. Por quatro anos, todos viveram juntos até que a mãe de Lula conseguiu outro lugar – um quarto apertado atrás de um bar.

Lula não aprendeu a ler até os 9 anos e abandonou a escola logo depois. Trabalhou como vendedor ambulante, engraxate, almo-

xarife e, eventualmente, operador de máquina em uma fábrica de parafusos. Aos 19 anos, machucou o dedo mínimo da mão esquerda em um acidente com uma prensa mecânica. E não conseguiu tratamento médico até o dia seguinte. Para sua consternação, o médico realizou uma amputação completa. Com o tempo, seus oponentes começaram a ridicularizá-lo como “nove dedos”.

Lula logo se envolveu na política sindical, organizando protestos fora das fábricas e exibindo um dom para a oratória. Foi preso por liderar uma greve ilegal, mas saiu depois de um mês e, nos últimos anos da ditadura, havia se tornado um importante líder trabalhista em São Paulo. Em 1980, quando as Forças Armadas se preparavam para abrir mão do poder, fundou o Partido dos Trabalhadores, de esquerda, conhecido como PT. Logo começou a concorrer a cargos políticos e, ao longo dos anos, ganhando ou perdendo eleições deles, tornou-se o líder indiscutível da esquerda brasileira. “Não há mais ninguém de sua estatura no hemisfério”, disse uma autoridade ocidental que se encontrou com ele várias vezes. “Ele é o chefe.”

Com o resultado do primeiro turno, a equipe de campanha de Lula se reuniu em um hotel de São Paulo. Em uma sala de briefing, dezenas de jornalistas, parasitas e políticos se aglomeraram em torno de uma enorme tela de televisão, observando a contagem pender para um candidato, depois para outro. O som da sala acompanhava os resultados: silêncio agitado quando Lula estava atrás, risos e gritos de “Lula-lá!”, refrão de uma velha canção de campanha, quando ele assumia a liderança.

No início da manhã, Lula tinha 48,4% dos votos - cinco pontos à frente de Bolsonaro, mas aquém do que precisava para vencer a Presidência no primeiro turno. Além disso, Bolsonaro atraiu muito

mais eleitores do que as pesquisas previam. A equipe de Lula estava percebendo não apenas que um segundo turno seria necessário, mas que, mesmo que seu candidato vencesse, o Brasil havia se tornado um país muito diferente daquele que ele havia presidido 12 anos antes.

Lula deixou o cargo em 2010 com um histórico índice de aprovação de 88%. A economia havia crescido durante seu mandato, em grande parte graças ao aumento dos preços das commodities, a uma descoberta significativa de petróleo na costa e ao crescimento explosivo da China, um grande comprador das exportações brasileiras. Em 2010, a taxa de crescimento econômico foi de 7,5%, a mais alta em décadas. O Brasil pertencia a um grupo de nações em rápido crescimento conhecido como Brics - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Mas, desde então, a economia caiu, e o Brasil, que já foi a quinta maior economia do mundo, agora é a nona.

Bolsonaro trabalhou para tornar o Brasil mais amigável aos negócios, mas muitos de seus apoiadores foram mais energizados por sua guerra cultural. Ele havia conquistado a Presidência em 2018 com o apoio do poderoso consórcio conhecido como os três B's: boi, bíblias e bala, significando o agronegócio, a igreja evangélica e o lobby das armas. Em aparições públicas, seu gesto característico era disparar pistolas de faz de conta. Ele gozou de amplo apoio entre os grupos de aplicação da lei, especialmente a polícia militar, que tem reputação de usar força indiscriminada e de envolvimento com o crime organizado.

No cargo, expandiu os departamentos de polícia e deu-lhes ampla margem de manobra para lidar com criminosos. Em 2020 e 2021, a polícia no Brasil matou mais de 6 mil pessoas por ano - seis vezes o total nos Estados Uni-

dos. Bolsonaro também afrouxou as leis sobre armas, argumentando que os cidadãos precisavam se defender contra criminosos e invasores de terra de esquerda. A posse de armas registradas aumentou seis vezes enquanto ele estava no cargo; lojas de armas e campos de tiro floresceram.

É ilegal no Brasil fazer comentários racistas, mas Bolsonaro regularmente encontrava maneiras de insultar os habitantes não-brancos de seu país, dizendo que os membros das comunidades afro-brasileiras “não eram bons nem para procriar” e que os indígenas estavam “cada vez mais se tornando seres humanos apenas como nós”. Os refugiados eram “a escória da terra”. A violência contra essas comunidades e contra pessoas LGBTQ aumentou durante seu mandato.

À medida que a popularidade de Bolsonaro crescia, os políticos brasileiros de direita começaram a proclamar sua adesão ao bolsonarismo. Nas eleições recentes, os candidatos simpatizantes de suas ideias se saíram inesperadamente bem, conquistando a maioria das cadeiras do Senado e do governo. Um dos que conquistou cargos legislativos foi Eduardo Pazuello, general do Exército que comandou por um tempo a resposta calamitosa de Bolsonaro à pandemia. Outro foi Ricardo Salles, o primeiro ministro do Meio Ambiente, que deixou o cargo sob investigação por conspiração para traficar madeiras nobres da Amazônia. (Ele nega as acusações).

No estado de São Paulo, o maior eleitorado do Brasil, os retornos foram mistos. A capital balançou para Lula. Cidades menores e o interior foram para Bolsonaro, como em muitos outros lugares onde a pecuária e o agronegócio impulsionam a economia. Na sala de imprensa da campanha, Lula se manifestou confiante: “Vamos ter que lutar, mas vamos

vencer". Seu protegido Guilherme Boulos colocou isso de forma mais dura. Concorrer contra Bolsonaro, disse ele, era "uma guerra entre a democracia e a barbárie".

Lula começou a concorrer à Presidência assim que pôde. Ele lançou sua primeira campanha em 1989, apenas um ano depois que uma nova Constituição, adotada quando o Brasil voltou à democracia, tornou legal a candidatura de partidos de esquerda. E perdeu por pouco para Fernando Collor de Mello, um jovem proponente bem-vestido das ideias de livre mercado. Collor de Mello renunciou dois anos depois, derrubado por um escândalo de corrupção. (Ele foi posteriormente absolvido).

Lula concorreu novamente em 1994 e 1998, e perdeu nas duas vezes para Fernando Henrique Cardoso, um acadêmico de esquerda que certa vez marchou ao lado dele em protestos de rua. Como presidente, Cardoso mudou-se para o centro, apoiando a privatização de várias grandes empresas estatais. Lula continuou um esquerdista convicto, atacando as reformas "neoliberais" que varreram a região, com incentivo americano. Enquanto Cardoso se tornou amigo de Bill Clinton e Tony Blair, Lula era mais filosoficamente alinhado com Fidel Castro e Hugo Chávez.

Mas quando Lula finalmente conquistou a Presidência, em 2002, mostrou um pragmatismo surpreendente, aliado a uma astúcia de sobrevivente político. Ele resistiu a um escândalo envolvendo um esquema de compra de votos de parlamentares, que ficou conhecido como mensalão. Embora vários de seus deputados mais próximos estivessem implicados, ele não foi acusado. Nos mesmos anos, lançou um programa de transferência de renda, conhecido como Bolsa Família, que tirou cerca de 30 milhões de brasileiros da pobreza extrema e iniciou um

ambicioso programa para levar eletricidade a áreas negligenciadas do interior. Durante seu mandato, a destruição ilegal da floresta amazônica diminuiu drasticamente, pois implementou programas para policiar a região e designou vários milhões de acres como áreas de conservação e reservas para os indígenas.

O carisma pessoal de Lula é provavelmente seu maior trunfo político e, ao contrário de outros esquerdistas latino-americanos de sua geração, ele mostrou uma habilidade excepcional para tra-

O CARISMA DE LULA É PROVAVELMENTE SEU MAIOR TRUNFO POLÍTICO. ELE JÁ MOSTROU HABILIDADE PARA TRABALHAR COM A ESQUERDA E A DIREITA

balhar nos dois lados do corredor político. Apesar de sua oposição à Guerra do Iraque, cultivou um relacionamento cordial com George W. Bush. Quando Barack Obama apertou a mão de Lula pela primeira vez, na cúpula do G-20 em 2009, disse às autoridades: "Eu amo esse cara. Ele é o político mais popular da Terra." (Na verdade, os dois não se davam muito bem; Lula me disse que tinha uma relação melhor com Bush, que, apesar das diferenças, era um cara

com quem você poderia fazer um churrasco. Obama, por sua vez, escreveu em suas memórias de que Lula era "impressionante", mas "supostamente tinha os escrúpulos de um chefe de Tammany Hall".)

Em alguns momentos da campanha do ano passado, porém, Lula parecia ter perdido sua destreza. Em um estúdio de televisão no Rio, eu o vi participar do último dos três debates presidenciais. O tema insistente de Bolsonaro era que, se Lula ganhasse de volta a presidência, o Brasil se tornaria como a Venezuela - um sinônimo de política de esquerda fracassada. Bolsonaro desfilou sombriamente pelo estúdio, chamando seu oponente de "ladrão, traidor da pátria e ex-prisioneiro". Lula cuspiu negativas indignadas e gritou de volta que Bolsonaro era "sem-vergonha, repulsivo" e incapaz de ocupar a Presidência. Poucos partidários de Lula ficaram felizes com seu desempenho. Enquanto Bolsonaro era caracteristicamente vulgar, Lula reagiu mal a seus ataques e falhou em expressar novas ideias ou iniciativas políticas.

As acusações de Bolsonaro - que chamou Lula de "constrangimento nacional" - são complicadas pelo fato de que a corrupção tem sido endêmica no Brasil durante grande parte de sua história moderna. O governo é dono de grandes setores da economia e muitos legisladores esperam ser compensados por sua cooperação. "O Parlamento é subserviente ou rebelde", disse-me José Eduardo Cardozo, advogado e proeminente político brasileiro. "E, quando é subserviente, é porque participa do governo - tem o dinheiro. Se não está participando, quer que o governo saia".

Lula, em seus dois mandatos, conseguiu cultivar o Congresso enquanto evitava as consequências do escândalo de compra de votos do mensalão. Sua sucessora, Dilma Rousseff, carecia da mes-

ma agilidade. “Ela não era uma mulher que gostava de conversar com parlamentares”, disse-me Cardozo, que também foi ministro da Justiça de Dilma Rousseff. “Ela era um quadro que pensa em política, mas que não faz política”.

Rousseff foi a primeira mulher presidente do Brasil e uma figura formidável. Depois de sua passagem inicial como guerrilheira marxista, passou três anos na prisão, antes de servir como ministra de Energia de Lula e chefe de gabinete dele. Quando se tornou presidente, porém, a economia estava começando a estagnar e, em seu segundo mandato, uma queda nos preços das commodities fez com que o Brasil tivesse menos dinheiro entrando. Protestos de rua tornaram-se comuns. O mesmo aconteceu com as manobras de seus oponentes políticos para derrubá-la. Até seu vice, Michel Temer, apoiou pedidos de impeachment, ostensivamente por manipular o orçamento do país.

Uma ironia daqueles anos é que Lula e Dilma Rousseff fortaleceram o Judiciário, o que tornou a corrupção mais visível em seu próprio governo. Sob Dilma Rousseff, a Polícia Federal iniciou uma série de investigações conhecidas como Lava Jato. Durante vários anos, uma equipe liderada por um juiz chamado Sergio Moro operou em Curitiba, no conservador sul do Brasil. Investigou a corrupção em toda a América Latina, derrubando CEOs poderosos, funcionários do governo e até mesmo vários presidentes estrangeiros por seu envolvimento em lavagem de dinheiro e suborno.

Muitos dos esquemas estavam ligados à empresa estatal de petróleo do Brasil, a Petrobras, e à gigante da construção Odebrecht, ambas as quais prosperaram durante o mandato de Lula. Moro acusou Lula de ser o mentor de uma conspiração internacional, e começava ali uma investigação

que se estendeu por anos. No final, as acusações foram reduzidas: Moro alegou que Lula recebeu a promessa ilícita de um apartamento à beira-mar e que amigos haviam comprado um sítio para seu uso, onde a Odebrecht fez reformas a pedido da sua esposa.

Em uma dramática audiência televisionada, Moro interrogou friamente Lula, que negou furiosamente as acusações e exigiu provas das acusações. Os partidários de Lula argumentam persistentemente que há poucas evidências que o liguem às propriedades.

DILMA ROUSSEFF FOI A PRIMEIRA PRESIDENTA DO BRASIL E É UMA FIGURA FORMIDÁVEL. NA JUVENTUDE, FOI PRESA PELA DITADURA

Mas, pouco depois das audiências, Moro divulgou gravações que seus agentes haviam feito de conversas telefônicas entre Dilma e Lula, nas quais ela dizia que estava enviando a ele documentos que lhe garantiriam um cargo ministerial. Dilma Rousseff disse que o cargo era rotineiro; Moro afirmou que ela estava tentando proteger Lula da prisão. Alguns meses depois, o Congresso expulsou Dilma Rousseff e Temer assumiu seu lugar.

A corrupção política não diminuiu no Brasil. Eduardo Cunha, que liderou a campanha do Congresso contra Dilma Rousseff, foi considerado culpado de aceitar 40 milhões de dólares em propinas. O próprio Temer foi implicado, mas o mesmo Congresso que votou pelo impeachment de Dilma optou por deixá-lo no cargo, em nome do que o juiz presidente chamou de “estabilidade do sistema eleitoral”.

Com a aproximação da eleição presidencial de 2018, Lula continuava sendo o político mais popular do país, com o que uma pesquisa dizia ser uma vantagem de 15 pontos sobre seu concorrente mais próximo. Mas ele estava cada vez mais envolvido em investigações criminais. Poucos meses antes da votação, a polícia invadiu a casa de Lula em busca de provas; Marisa Letícia, sua esposa por quatro décadas, morreu de um derrame logo depois. Lula foi condenado por corrupção, sentenciado a 13 anos de prisão e internado em uma unidade da Polícia Federal em Curitiba.

Um contingente de apoiadores acampou do lado de fora da cela de Lula, cumprimentando-o todas as manhãs com gritos de “Bom dia, Lula”. Mas a investigação de Moro garantiu que fosse impedido de ocupar cargos públicos, instantaneamente tornando Jair Bolsonaro o favorito presidencial. Na eleição, Bolsonaro garantiu uma vitória apertada sobre o substituto de Lula, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad. Logo após ser eleito, fez de Moro seu ministro da Justiça.

Entre os partidários que visitaram Lula na prisão estava o amigo Emídio de Souza - um homem cordial e corpulento de 60 e poucos anos, que serviu durante anos como deputado estadual do PT. Quando Lula foi preso, foi Souza quem negociou sua rendição, persuadindo a polícia a cumprir

duas condições: “Sem corte de cabelo, sem algemas”. Ele também providenciou para que Lula fosse pego discretamente, fora da vista de uma equipe de televisão circulando em um helicóptero nas proximidades, na esperança de evitar a humilhação pública.

Mesmo assim, a prisão afetou profundamente Lula. “Ele esperava ficar na prisão por uma semana, talvez, ou dez dias”, disse Souza a mim em São Paulo. “Mas sua prisão prolongada mostrou a ele que o mundo iria se mover contra ele”. Lula passou o tempo trabalhando na lista de leituras de um estudante de graduação: uma história da escravidão no Brasil, um tratado sobre como o petróleo levou a guerras, uma biografia de Nelson Mandela. E continuou a acompanhar a política partidária, disse Souza: “Ele não tinha permissão para acessar a internet, mas recebia diariamente relatórios escritos, recortes de notícias, às vezes análises da situação política do país. E também gravava as reuniões do PT em um pendrive e depois assistia na TV”.

Da prisão, Lula assistiu enquanto Bolsonaro começava a gerar seus próprios escândalos de corrupção. Embora tivesse feito campanha como reformador, ele e seus familiares foram acusados de uma série de crimes. Os promotores alegam que dois de seus filhos desviaram recursos públicos e que um assessor envolvido em um dos esquemas canalizou dinheiro para uma conta da esposa de Bolsonaro. Descobriu-se que a família comprou pelo menos 51 propriedades, principalmente em dinheiro. (Bolsonaro deu uma resposta blefada: “O que há de errado em comprar casas em dinheiro?”) Para cultivar aliados políticos, o governo de Bolsonaro manteve um “orçamento secreto”, que deu ao legislativo acesso a cerca de 3 bilhões de dólares - um quinto de todos os gastos discricionários -

que podem ser distribuídos sem supervisão.

Em junho de 2019, The Intercept publicou vazamentos de mensagens telefônicas entre Moro e os promotores que julgaram Lula, revelando importantes lapsos éticos. Moro discutiu táticas ilícitamente com os promotores; o promotor principal expressou dúvidas de que Lula fosse realmente o dono do apartamento no centro do caso. Em outros vazamentos, os investigadores da Lava Jato admitiram que esperavam derrubar Lula e o PT. O Conselho de Direitos Humanos da ONU concluiu posteriormente que a investigação violou o devido processo legal.

Em novembro de 2019, Lula foi solto, após 580 dias de prisão. Souza me disse que Lula insistiu que poderia reconstruir sua imagem, dizendo: “Não vou entrar para a história como um cara que roubou”. Em seu primeiro discurso após ser solto, se autodenominou “a vítima da maior mentira jurídica já contada em 500 anos de história”.

Eu vi Lula algumas semanas depois, em um hotel com vista para a praia de Copacabana, no Rio. Ele tinha 74 anos - um ano antes da idade em que a Igreja Católica não permitiria mais que ele fosse bispo, brincou. Ele disse que estava malhando e se sentia mais em forma do que em anos. Apaixonara-se também por Rosângela (Janja) da Silva, socióloga e militante do Partido dos Trabalhadores 21 anos mais jovem. As cartas diárias dela o sustentaram na prisão, disse. Ele ainda estava legalmente impedido de fazer política, mas deixou claro que voltaria assim que sua proibição fosse suspensa. “Se eu for candidato em 2022, com certeza venceria”, afirmou. “Porque existe uma relação de fidelidade entre o povo brasileiro e eu”.

Quando Lula venceu o segundo turno, em 30 de outubro, a multidão em São Paulo ficou em

êxtase. De um estúdio de dois andares acima da Avenida Paulista, a principal via da cidade, Lula aceitou e jogou beijos, enquanto seus apoiadores dançavam e cantavam e agitavam bandeiras com imagens de seu rosto. Sua voz falhou de exaustão e emoção ao declarar: “O Brasil está de volta!”

Para muitos brasileiros com quem conversei, porém, o principal motivo para comemorar a vitória de Lula não era que ela devolveria o PT ao poder, mas evitaria mais quatro anos de Bolsonaro. João Moreira Salles, documentarista, fundador da revista Piauí e astuto observador político, disse-me: “É impressionante que ele tenha vencido nessas condições. Mas podemos lembrar da eleição como a parte mais admirável de Lula 3. A vitória foi realmente épica. Governar pode ser muito menos recompensador”.

A equipe de Lula estava apreensiva. Ele havia vencido por pouco mais de dois milhões de votos, tornando esta a eleição mais disputada da história do Brasil. Bolsonaro não cedeu e seus apoiadores insistiram que a eleição havia sido fraudada. Juntamente com um grande contingente de caminhoneiros bolsonaristas, invadiram as rodovias para bloquear o trânsito e, em alguns casos, erguer barricadas em chamas, interrompendo o comércio em todo o país.

Por dias, Bolsonaro permaneceu fora de vista e não emitiu declarações públicas. Por fim, compareceu ao Palácio do Planalto, aparentemente sob pressão de aliados. Em uma cerimônia breve e rígida, sugeriu que seus partidários tinham todo o direito de expressar sua raiva, mas não deveriam bloquear as estradas: “Nossos métodos não devem ser os da esquerda, que sempre foram ruins para a população”. Assim que Bolsonaro terminou, ele se virou e foi embora, enquanto seu chefe de gabinete ficou para dizer que os



Adriano Machado/Reuters

MOTIM Partidários do ex-presidente Jair Bolsonaro tomaram o centro da capital do país em 8 de janeiro e invadiram as sedes dos Três Poderes

funcionários do atual governo estariam se reunindo com a equipe de Lula para começar a entrega do poder.

Haveria uma transição, ao que parecia. Mas, em poucos dias, as turbas que ocuparam as rodovias do país se mudaram para novas posições fora das guarnições militares. Lá, eles montaram acampamentos e exigiram uma intervenção para impedir que Lula – o ladrão, o comunista – tomasse seu país.

Do lado de fora dos portões principais do Comando Militar do Sudeste, um amplo quartel-general do Exército em São Paulo, várias centenas de bolsonaristas faziam vigília diária. Homens e mulheres envoltos em bandeiras brasileiras ou vestindo as cores nacionais de amarelo e verde gritavam: “SOS, Forças Armadas!” Alguns erguiam os punhos no ar. Vários se ajoelharam para orar, com os olhos fechados e os braços estendidos à moda do pentecostalismo, que tem muitos seguidores no Brasil. Alguns tinham seus rostos contorcidos em expressões de dor; outros olhavam para o céu, suplicantes.

Homens caminhavam na frente da multidão que cantava, incitando-os. Quando me aproximei de várias mulheres para perguntar

por que estavam ali, os manifestantes próximos tornaram-se hostis, gritando para elas: “Não fale!” Com crescente hostilidade, a multidão começou a gritar: “Vá embora, imprensa suja!”. Até que recuei.

Ao sair, passei por um varal pendurado entre as árvores, onde estavam penduradas camisas de futebol, muitas das quais estampadas com um 10 – o número de Neymar, astro do futebol brasileiro, que recentemente se declarou bolsonarista. Ao lado deles havia uma faixa verde e amarela que dizia, em inglês: “Nossa bandeira nunca será vermelha. Fora o comunismo”.

Por todo o país, multidões se reuniram para protestar e rezar por uma intervenção. Nos Estados Unidos, Tucker Carlson transmitiu alegações de fraude em seu programa. Em 2 de novembro, disse: “De acordo com registros oficiais, um criminoso condenado e socialista declarado chamado Lula da Silva derrotou o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, por uma margem estreita neste fim de semana. E, no entanto, milhões de brasileiros – milhões – não acreditam que foi isso que realmente aconteceu... Há dúvidas sobre se todas as cédulas foram contadas. Por que tantos foram expulsos? Milhões. E se as leis eleitorais fo-

ram violadas no processo? Portanto, não podemos julgar essas questões, mas se você se preocupa com a democracia, se acha que o processo é essencial, deve investigar essas alegações”.

Steve Bannon ecoou Carlson. Poucos dias depois de ser condenado por se recusar a testemunhar perante o Congresso sobre seu papel na insurreição de 6 de janeiro, foi às redes sociais para alegar que a eleição do Brasil “foi roubada em plena luz do dia”. Ele chamou Lula de “marxista ateu criminoso” e os manifestantes pró-Bolsonaro de “combatentes da liberdade”.

Os militares do Brasil permaneceram em silêncio durante todo o processo eleitoral que durou um mês. Uma semana após o segundo turno, ainda não havia produzido o resultado da inspeção das urnas. Em São Paulo, Lula admitiu estar inquieto com a demora. “Este relatório deveria ter sido entregue antes das eleições”, disse.

Suas preocupações iam além do silêncio dos militares. Quando contei sobre os manifestantes do lado de fora do quartel do Exército, ele ficou sombrio. “Acho que precisamos descobrir quem está financiando e quem está alimentando, porque isso não é espontâneo”, disse. Na véspera, tivera uma conversa desanimadora com o governador do Pará, no Amazonas. “Quando a polícia foi e tentou desbloquear as estradas, os manifestantes atiraram em seus carros”, disse. “O país inteiro está assim. E Bolsonaro se trancou dentro de casa. Não estamos acostumados com esse tipo de coisa aqui. Desde o retorno da democracia, as eleições sempre foram respeitadas”.

Lula mencionou relatos de que policiais pró-Bolsonaro em todo o país interferiram com seus eleitores no dia da eleição e ajudaram bolsonaristas que bloquearam as rodovias. Lula disse que não es-

tava preocupado em ficar fora do cargo: "Pode ser difícil, mas, veja bem, a lei existe para dar garantias à sociedade". O problema era a instabilidade e a aparente disposição de Bolsonaro de mobilizar a polícia para manter Lula fora do cargo. "Esta eleição foi atípica", disse, "porque foi a candidatura de um candidato contra o Estado - uma coisa absurda".

Como muitos outros, Lula comparou o que estava acontecendo no Brasil ao fenômeno Trump nos Estados Unidos. O dia 6 de janeiro abriu um precedente desestabilizador em todo o mundo. "Quaisquer divergências que você possa ter com os Estados Unidos, eles ainda representam a face da democracia no planeta Terra", disse. "Quando o país mais importante não exerce a democracia, você está dando um endosso a todos os malucos do mundo".

Em discursos, Lula frequentemente levanta a necessidade de enfrentar a fome no Brasil, descrevendo-a como um imperativo moral inatacável. Ele falou longamente sobre a fome quando nos encontramos em 2019 e com crescente emoção em suas aparições de campanha no ano passado. Em nossa entrevista após sua recente vitória, surgiu quando o questionei sobre a Ucrânia. Alguns meses antes, ele fizera comentários mordazes sobre Volodymyr Zelensky e parecia sugerir, como fizera Vladimir Putin, que os Estados Unidos eram parcialmente responsáveis pelo conflito. Aparentemente ansioso para deixar o assunto de lado, Lula me disse que pretendia conversar com Zelensky e Putin, e também com Biden, mas que só lhe importava a "paz mundial". Logo, ele voltou à questão da fome. "Não posso, não posso, não posso trair essas pessoas", disse, com lágrimas nos olhos. "Vou ter que brigar com o mercado às vezes, mas as pessoas têm que poder comer de novo. Não quero

muita coisa, mas as pessoas têm que ter esperança de novo, e barriga cheia, com café da manhã e almoço e jantar".

Lula continua a acreditar fervorosamente no projeto esquerdista na América Latina. Mas, como me disse Cardozo, ministro da Justiça de Dilma Rousseff, "Lula não é um homem que teoriza sobre política como Lênin ou Trotsky. Ele é um pragmático, um sindicalista". E acrescentou: "Ele também é um gênio político e um homem carismático. Dentro do PT, todos

LULA CONTINUA A ACREDITAR FERVOROSAMENTE NO PROJETO ESQUERDISTA NA AMÉRICA LATINA. MAS, COMO ME DISSE CARDOZO, É UM PRAGMÁTICO

abaixo de Lula lutam uns contra os outros, mas não contra ele. É assim que ele conserva seu poder".

A equipe de Lula é formada principalmente por esquerdistas bastante doutrinários, mas ele trouxe alguma diversidade ideológica, em um esforço para tranquilizar o lobby empresarial e outros interesses conservadores. Seu vice-presidente é Geraldo Alckmin, um médico de centro-direita que já concorreu contra ele à Presidência. Sua ministra do Planejamento e Orçamento é Simone Tebet, que

se inclina para a direita na economia. Mas Cardozo sugeriu que precisaria ir além para cultivar as pessoas que discordavam dele. "A extrema direita vai ser forte e fazer esforços permanentes para desestabilizar as coisas. Para manter o PT em seu lugar e a extrema direita em seu lugar, ele vai precisar de uma aliança ampla", afirmou. "Você não pode apagar um incêndio com álcool".

Alguns dias depois, Lula viajou para Brasília, na esperança de ampliar sua rede de aliados. Mesmo com a retomada da Presidência, o partido de Bolsonaro conquistou 99 cadeiras no Congresso, formando a maior bancada da Câmara dos Deputados; na câmara alta, garantiu 14 dos 81 assentos. Para Lula governar o país, ele teria que fazer um acordo com o Centrão, uma coalizão mutante de partidos de centro-direita que passaram a exercer um poder extraordinário na capital. O Centrão tem poucas fidelidades ideológicas; o principal imperativo de seus membros parece ser trocar seus votos por concessões lucrativas para seus eleitores e para eles mesmos.

Mas o Centrão está cada vez mais alinhado com a extrema direita. Ele havia eliminado Rousseff em 2016 e depois protegido seu sucessor, Temer. Também havia efetivamente feito parceria com Bolsonaro quando ele se juntou a um de seus partidos, o Partido Liberal, para concorrer às eleições do ano passado. Os políticos brasileiros mudam de partido com frequência. Bolsonaro já pertenceu a nove. O líder da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, já pertenceu a cinco. Lira foi o principal beneficiário do "orçamento secreto" de Bolsonaro e a pessoa que Lula mais precisava cultivar nesta viagem. A julgar pelo encontro, Lira estava ansioso para fazer um acordo; saiu do Congresso para cumprimentar Lula calorosamente.

Mas Valdemar Costa Neto, o

presidente do Partido Liberal, decidiu ficar com Bolsonaro. Um homem astuto e amável na casa dos 70, Costa Neto foi um ex-aliado de Lula; em 2012, ele foi condenado por acusações de lavagem de dinheiro relacionadas ao esquema do mensalão e passou dois anos e meio na prisão antes de ser indultado. “Tive que reconstruir o partido quando saí, porque minha imagem foi destruída”, ele me disse. O Partido Liberal tradicionalmente se inclinava para o centro, mas ele mudou para a direita e, eventualmente, a filiação a Bolsonaro valeu a pena. “Agora temos 99 congressistas”, disse, rabiscando números em um pedaço de papel para demonstrar quanto financiamento eles estavam arrecadando. E explicou brilhantemente: “Temos que abrir espaço para os extremos agora.”

Costa Neto aponta que nada tem contra o novo presidente. Sorrindo, ele me disse que Lula havia perguntado recentemente se apoiaria sua coligação, mas mostrou a matemática e Lula entendeu. Mas, acrescentou, Bolsonaro não aprovava que falasse com Lula: “Bolsonaro não é como você ou eu. Ele não é normal”.

Costa Neto disse que acha que Lula ganhou a eleição de forma justa. Ele se lembra de ter dito a Bolsonaro para aceitar os resultados, relaxar, fazer uma pausa, se tornar o presidente honorário do Partido Liberal e se reconstruir para as próximas eleições. Mas Bolsonaro realmente acreditava que havia vencido, disse – estava ferido e “muito deprimido”. Costa Neto ergueu as mãos exasperado. Por insistência de Bolsonaro, ele contratou uma empresa para investigar suas denúncias de fraude em urnas eletrônicas e, disse Costa Neto, ela voltou com “dados preocupantes”. Ele explicou vagamente que o problema tinha a ver com máquinas de votação que tinham números de série inexpli-

cavelmente idênticos. Em alguns dias, disse, daria uma coletiva de imprensa sobre o assunto.

Ele confessou estar ansioso, pois a denúncia de fraude certamente traria “três vezes mais pessoas às ruas do que as que já estavam acampadas em frente às bases do Exército”. Mas Bolsonaro era um aliado importante e Costa Neto havia prometido levar adiante sua causa. Alguns dias depois, deu sua coletiva de imprensa. A reclamação foi rapidamente rejeitada pelo tribunal eleitoral do Brasil; os militares já avaliaram sua

NO DIA DO ATAQUE AOS PODERES, UM GUARDA-COSTA DE LULA ENTROU NO PALÁCIO DO PLANALTO E TRANSMITIU TUDO EM TEMPO REAL AO PRESIDENTE

amostra de urnas e declararam Lula o legítimo vencedor. Ainda assim, a reportagem gerou manchetes – o suficiente para alimentar a convicção dos bolsonaristas de que houve uma conspiração.

Na tarde de 8 de janeiro, apoiadores de Bolsonaro lotaram o Distrito Federal, invadindo o complexo que abriga os Três Poderes. Na praça, os manifestantes se reuniram para enfrentar os soldados que protegiam os prédios. Outros rezavam ou gritavam palavras de

ordem: “O Brasil foi prostituído por essa gente nojenta e corrupta!” Os manifestantes forçaram a entrada, quebrando janelas e atendo fogo. A polícia, comandada por um ex-funcionário de Bolsonaro, ofereceu pouca resistência e, às vezes, forneceu ajuda.

Marina Dias, jornalista brasileira, estava perto do Ministério da Defesa quando viu uma mulher mais velha vestida com uma camisa camuflada, do tipo que os bolsonaristas usam em homenagem às Forças Armadas. A mulher disse que estava acampada no quartel-general de Brasília há dois meses. Ela havia se juntado ao protesto no dia 8 para pedir a Bolsonaro que se escondesse; ela explicou que Alexandre de Moraes, chefe do Tribunal Superior Eleitoral, estava conspirando para matá-lo.

Dias, como outros observadores, ficou confusa com o momento dos tumultos. Por que esperar até uma semana após a posse de Lula? Quando perguntou à mulher se ela se inspirou na insurreição de 6 de janeiro nos EUA, outro manifestante gritou: “Não responda a ela! Ela é jornalista, esquerdista!” Pressentindo uma ameaça, Dias se afastou, mas foi cercada por bolsonaristas, e alguém a derrubou. “Eu caí na rua, onde as pessoas me chutaram e me socaram”, ela me disse. “Dois homens tentaram me proteger, dizendo: ‘Você vai matá-la e arruinar nosso movimento’”. Mas as mulheres a estavam arranhando, puxando seu cabelo, agarrando seu telefone. Alguém agarrou seus óculos, quebrou-os e gritou: “Temos que matá-la!”

Finalmente, um oficial militar abriu caminho no meio da multidão e puxou-a para longe. Enquanto o policial a escoltava, “as pessoas gritavam que eu era uma prostituta e alguém jogava uma garrafa de água em mim”, ela me disse. “Ficou claro que eles sentiram que não haveria punição”.

No dia da insurreição, Lula e

Janja visitavam a cidade de Araquara, no interior de São Paulo, a 800 quilômetros de distância. Mas eles conseguiram monitorar a situação, disse-me um assessor. Um dos guarda-costas de Lula entrou no Palácio do Planalto, registrou o tumulto e compartilhou com o presidente em tempo real. Ninguém notou o guarda-costas, disse o assessor, porque “eles também estavam se filmando”.

Do lado de fora do gabinete do presidente, no terceiro andar, os manifestantes destruíram móveis e objetos de arte: um relógio francês do século 17, uma pintura de Emiliano Di Cavalcanti, um antigo vaso chinês. Os vândalos quebraram quase tudo que encontraram, mas foram parados em uma porta de vidro do lado de fora do escritório particular de Lula por sua equipe de segurança pessoal – um grupo de antigos leais, que inclui um ex-policial federal que supervisionou a prisão de Lula e depois foi trabalhar para ele depois que foi libertado.

De São Paulo, Lula e sua equipe trabalharam para assumir o controle, começando por organizar a demissão do funcionário de Bolsonaro que chefiava a polícia distrital e substituí-lo por um legalista. Na confusão, Lula recebeu um telefonema de seu ministro da Defesa e do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Eles propuseram que ele assinasse uma “garantia de lei e ordem” – uma diretiva que efetivamente lhes daria poder para restabelecer o controle. Lula recusou, temendo que fosse o primeiro passo de um golpe. Em vez disso, ordenou que a PM retomassem os prédios dos Três Poderes. A Suprema Corte e o Palácio do Planalto foram rapidamente protegidos e, em seguida, os oficiais voltaram seu foco para o Congresso, mobilizando cavalos, canhões de água e spray de pimenta para limpar o prédio e o telhado. Enquanto os helicópteros jogavam gás

lacrimogêneo, os manifestantes corriam, tossindo e lutando para respirar.

Apesar da ferocidade da violência, muitos brasileiros acreditaram que se tratava menos de uma tentativa de golpe do que de um ato de teatro político. As pessoas tiraram selfies e abriam conversas com amigos do FaceTime. Um manifestante, transmitindo um vídeo ao entrar no Congresso, pediu aos espectadores que se inscrevessem em seu canal no YouTube. Vendedores vendiam aos espectadores frango grelhado e algodão doce. “Na superfície, 1/8 foi um fracasso retumbante”, disse João Moreira Salles. “A turba saqueou prédios vazios e nem tentou ocupá-los. Foi mais um simulacro de golpe, um espetáculo – um golpe para a era do Instagram”.

A ilegalidade do ataque demonstrou o controle de Bolsonaro sobre seus partidários, mas também o prejudicou politicamente. “Significa o fim de Bolsonaro como candidato democraticamente viável”, argumentou Moreira Salles. Logo após as eleições, Bolsonaro havia fugido para a Flórida, e teria ficado perto de Orlando, como convidado do lutador brasileiro de artes marciais mistas José Aldo. Depois de quatro anos turbulentos como presidente, de repente ele parecia não ter muito o que fazer. Procurou uma igreja para se filiar. Uma tarde, foi flagrado sentado sozinho em um KFC, comendo frango frito direto de uma caixa. Admiradores relataram, com espanto, que haviam conseguido passar em sua casa para bater um papo. “Ele está completamente isolado e sua influência está reduzida à periferia da extrema direita brasileira”, diz Moreira Salles.

O governo Biden disse que levaria a sério um pedido de extradição de Bolsonaro, mas Lula ainda não o apresentou. Mesmo de Orlando, porém, Bolsonaro pode ter um efeito na política brasileira.

Como muitos de seus partidários, ele é um provocador habilidoso. Durante sua Presidência, seus oponentes enfrentaram ataques tão violentos online que os brasileiros falaram sobre um “gabinete do ódio” clandestino, dirigido por aliados de Bolsonaro. O PT é menos habilidoso nas redes sociais. (Seus líderes são em grande parte mais velhos; um deles me disse que 60 anos é considerado jovem na legenda.) Membros do governo Lula me disseram que a solução era uma maior regulamentação da mídia, principalmente na Internet. “Você pode permitir a liberdade total, mas não pode permitir que o mal, o ódio, o incentivo à mentira ganhem espaço”, disse Lula.

Na visão de Moreira Salles, as pessoas que se radicalizaram online dificilmente conseguiriam derrubar o governo. “O perigo é uma repetição interminável de 8 de janeiro menores em todo o país”, afirma. “Estradas bloqueadas, refinarias ocupadas, esse tipo de coisa. Se eles não podem tomar o poder, a próxima melhor coisa é tornar a atual Presidência totalmente caótica”.

Ainda assim, a ameaça de violência política permanece real; em dezembro, a polícia deteve um atentado a bomba contra Lula. Pessoas próximas a ele estão particularmente preocupadas com os militares e perplexas com sua relutância em reprimir a violência em 8 de janeiro. Ele tem bases perto dos prédios dos Três Poderes e suas tropas protegeram o complexo durante uma manifestação em 2017 – mas desta vez, apesar dos repetidos pedidos nos dias anteriores para aumentar a segurança, ele interveio tarde e aparentemente sem entusiasmo. Pelo menos 15 militares e forças de segurança estão ligados à insurreição, incluindo um oficial superior reformado da Marinha e um general reformado da reserva do Exército.

Quando Bolsonaro era presi-

dente, entregou grande parte do governo às Forças Armadas, nomeando mais de 6 mil militares para a burocracia civil. Para fazer valer o controle, Lula sabe que terá que expurgar alguns oficiais e cultivar muitos outros. Será um trabalho delicado e impopular. “As Forças Armadas não se juntaram aos esforços de Bolsonaro para permanecer no poder, caso contrário ele ainda estaria em Brasília”, afirma Moreira Salles. “Mas eles não estão se apresentando para condenar os eventos de 8 de janeiro. Lula tem que decifrar esse silêncio e trazer os militares para o lado dele. Vai ser uma das suas tarefas mais difíceis. A história mostra que as Forças Armadas na América Latina não são garantias da democracia”.

Alguns dos políticos que se beneficiaram com a ascensão de Bolsonaro estão descobrindo como manter seu ímpeto sem ele. Sergio Moro, o juiz que prendeu Lula, foi durante algum tempo uma espécie de herói popular do Brasil de direita. Nas últimas eleições, lançou uma campanha para presidente antes de desistir para apoiar Bolsonaro, a quem treinou nos debates. Ele também concorreu ao Senado e ganhou uma cadeira, representando seu estado natal, o Paraná, no sul do Brasil.

Eu o conheci em seu escritório em Curitiba, a capital do estado, em uma torre moderna que se erguia sobre um centro de gramados bem cuidados, igrejas e churrascarias. Homem bem-arrumado e com seriedade de diácono, foi imperturbável enquanto conversávamos sobre seu papel no combate político dos últimos anos.

Quando perguntei por que ele havia aceitado servir como ministro da Justiça de Bolsonaro, Moro disse que esperava fazer algo de bom para o país: “Quem não tentaria isso?” Antes de 2018, ele disse, não sabia quase nada sobre Bolsonaro. Quando observei

que Bolsonaro já era famoso pelo comportamento ofensivo, Moro se inquietou. “Ouvi muitas pessoas dizerem: ‘Estou aliviado por você entrar para o governo, porque você será a voz da moderação’. E nunca endossei nenhum tipo de ataque, ataques verbais do presidente contra mulheres ou qualquer coisa do tipo”, afirmou.

Moro destacou que havia deixado o cargo após um ano e meio, após Bolsonaro impedir uma investigação policial sobre a atuação de um de seus filhos. Quando perguntei se acreditava que Bolsonaro era culpado dos crimes pelos quais era acusado, ele assentiu. Então por que voltou a se juntar a ele durante os debates com Lula? “Nunca me arrependi do que disse no passado”, afirmou. “Passado é passado. Mas, se você tem um segundo turno com duas opções, precisa fazer uma escolha”. Mas por que prender um político que você considera corrupto e ajudar outro? “Bem, estamos falando de diferentes níveis de corrupção. E você precisa considerar outras questões. Não acredito no pensamento econômico do Partido dos Trabalhadores”.

Moro não negou que Lula tivesse vencido a eleição, mas falou com simpatia sobre as pessoas que questionaram sua legitimidade. “Sou contra qualquer tipo de violência ou qualquer tipo de golpe”, afirmou. “Mas tem muita gente insatisfeita com a volta de Lula, porque há essa percepção de que os escândalos de corrupção não foram resolvidos da forma adequada. Então essa gente acha que o Lula nunca deveria ter sido candidato”. Mesmo antes de 8 de janeiro, reconheceu que os manifestantes haviam “cometido alguns erros”. Mas, disse, “acredito que a democracia brasileira deveria dar uma resposta a essas pessoas e entendê-las, e não tratá-las todas como vilões. Eles não são.

Eles têm famílias – eles têm filhos”.

Pessoas próximas a Lula estavam lutando com a mesma preocupação essencial: como poderiam trazer os eleitores de Bolsonaro para o lado deles? O protegido de Lula, Guilherme Boulos, é um ativista e político de 40 anos. Nos encontramos para o café da manhã em um restaurante tipo buffet “a quilo”, onde os clientes pagam de acordo com o peso da comida empilhada em seus pratos. Ele lamentou: “Antes, a oposição era, digamos assim, civilizada. Temos um problema real no campo”.

Como fundador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Boulos passou anos organizando ocupações de prédios abandonados para fornecer abrigo aos brasileiros necessitados. Ele ganhou uma cadeira legislativa nas últimas eleições e trabalhará de perto com Lula. Quando perguntei sobre os bolsonaristas, disse: “Temos que aprender a conversar com essas pessoas”. Mas ele sugeriu, no tom de um nova-iorquino falando sobre os texanos, que as áreas rurais do Brasil eram efetivamente um país diferente. “É uma cultura predominantemente de direita, que gira em torno da ideia de que as propriedades devem ser protegidas das invasões de terras da esquerda”, disse. “Seu programa econômico é neoliberal e socialmente moralista. Aí está o nosso problema: a esquerda não atendeu esse setor, e precisa mesmo, se quiser derrotar o bolsonarismo”.

Lula, disse, “tem uma capacidade extraordinária de governar e de articular pontos em comum com diferentes setores”. Mas os últimos quatro anos tornaram as diferenças muito mais difíceis: “Bolsonaro não governou – ele estabeleceu os marcos para uma batalha ideológica e quase nos venceu ao quase ganhar a reeleição!”

Boulos estima que os bolsonaristas extremistas representavam

de 10 a 12% da população brasileira: “Essas são as pessoas que não acreditam na pandemia, que defendem o uso da tortura e que acreditam que a Terra é plana”. A chave, disse ele, era melhorar suas oportunidades econômicas. “Há quem diga que o Brasil tem se tornado cada vez mais um país polarizado. Eu diria que sempre foi polarizado. Pense nisso: este país é o terceiro maior produtor de alimentos do mundo, enquanto 30 milhões de seus cidadãos passam fome e 1% da população possui a maior parte dos recursos. Claro que vai haver polarização!” Ele me lembrou que, quando Lula deixou o cargo, o eleitorado o apoiou de forma esmagadora – “porque a vida deles era melhor!” Agora, porém, há menos dinheiro fluindo; a economia está em recessão, e o país ainda está se recuperando da pandemia. “A margem de manobra de Lula será reduzida”.

Nas semanas após a vitória de Lula nas eleições, ele muitas vezes parecia que esperava simplesmente retornar o país à época anterior à posse de Bolsonaro – quando a Amazônia estava menos ameaçada, a economia prosperava e o Brasil estava em uma coorte de rápido crescimento como países em ascensão. “Foi o melhor momento de ascensão social dos pobres da América Latina”, disse-me ele em São Paulo, acrescentando: “Vamos recuperar os Brics!”

Quatro dias após a insurreição de 8 de janeiro, seu governo divulgou seu plano econômico, que exige a restauração do Bolsa Família, aumento da ajuda aos pobres, retrocesso nas privatizações e aumento dos impostos sobre a gasolina. De acordo com Brian Winter, editor do *Americas Quarterly* e analista de longa data da política brasileira, “os anúncios basicamente obtiveram um C-plus dos mercados – ninguém muito animado, ninguém muito chateado”. Mas Winter não estava

otimista de que o governo Lula seria capaz de sair de uma crise de uma década.

Recuperar a Amazônia será ainda mais difícil. Durante o mandato de Bolsonaro, enquanto fazendeiros e garimpeiros desbravavam a terra, os incêndios consumiam uma área de floresta tropical do tamanho da Bélgica. A região está repleta de sentimentos antigovernamentais, e Lula e seus aliados estão efetivamente pedindo aos moradores que não tirem proveito dos valiosos recursos ao seu redor. Um fazendeiro com quem falei disse: “Como você pode viver em

LULA ESTÁ CONSCIENTE DE QUE O MUNDO O JULGARÁ PELA FORMA COMO LIDA COM CRISES MONUMENTAIS, COMO O COLAPSO DO MEIO AMBIENTE

cima de um baú de tesouro e não poder fazer nada com ele?”

A ministra do Meio Ambiente de Lula é Marina Silva, que serviu por cinco anos durante seu primeiro mandato, mas renunciou frustrada com seu desejo de equilibrar conservação com desenvolvimento. Agora Lula a havia chamado de volta, prometendo uma política de tolerância zero com o desmatamento. Marina Silva, filha de um seringueiro de ascendên-

cia negra brasileira, é uma cristã evangélica, uma mulher de fala mansa e cabelos compridos na casa dos sessenta. Em seu escritório em Brasília, ela me disse que espera expandir a agricultura sustentável ao mesmo tempo em que detém o desmatamento ilegal. Reconhece que ainda haverá violações das leis ambientais e que o processo vai levar tempo. “Não seremos capazes de fazer isso em quatro anos – isso seria utópico”, disse. “O problema durante Bolsonaro foi que os transgressores ficaram com total impunidade. Com Lula, pelo menos, a expectativa de impunidade vai acabar”.

Lula e seus assessores estão conscientes de que o mundo os julgará menos pelos detalhes da governança ordinária do que pela forma como lidam com crises monumentais: o colapso do meio ambiente e o quase colapso da democracia. Simone Tebet, sua ministra do Planejamento, me disse: “O grande problema do presidente Lula não é apenas econômico. Ele pode resolver o problema da inflação, o problema do desemprego, diminuir a desigualdade social, diminuir o percentual de pobres no Brasil. Mas, se não trabalhar pela pacificação e união política, daqui a quatro anos o bolsonarismo voltará com força”. Aos 77 anos, Lula tem apenas um mandato e muito a fazer, pondera Tebet. “Ele quer limpar a alma do Brasil”, diz. “Ele quer acabar com a injustiça. Não tenho dúvidas de que ele vai montar uma equipe para isso. O que me preocupa é se ele terá força, habilidade, discernimento para entender que seu papel principal não é só nesses quatro anos. É construir pontes para que possamos, em 2026 e 2030, ter governos democráticos no Brasil”. •

Publicado na edição de 30 de janeiro de 2023. A íntegra, em inglês, pode ser lida no site da [The New Yorker](https://www.nytimes.com).



SUPREMO MANTÉM OFENSIVA

Moraes analisa pedido para impedir posse de deputados envolvidos nos atentados de 8 de janeiro. Em outra frente, AGU pede bloqueio de bens de envolvidos nos atos contra democracia

O cerco continua se fechando contra os golpistas envolvidos nos atentados de 8 de janeiro em Brasília, quando milhares de radicais de extrema-direita invadiram as sedes dos Três Poderes da República e deflagraram um quebra-quebra generalizado. O ministro Alexandre de Moraes avalia o pedido do Prerrogativas para impedir a posse de 11 deputados bolsonaristas que estiveram apoiando os atos contra a democracia.

A Procuradoria Geral da República foi cobrada a se manifestar a respeito de um pedido de suspensão da posse dos deputados envolvidos na tentativa da direita. A posse dos onze

parlamentares eleitos está marcada para quarta-feira, 1º de fevereiro.

O envio do pedido à PGR é praxe e envolve André Fernandes (PL-CE), Carlos Jordy (PL-RJ), João Henrique Catan (PL-MS), Luiz Ovando (PP-MS), Marcos Pollon (PL-MS), Nikolas Ferreira (PL-MG), Rafael Tavares (PRTB-MS), Sargento Rodrigues (PL-MG), Sílvia Waiãpi (PL-AP) e Walber Virgolino (PL-PB).

Além da suspensão da posse, os juristas solicitam que seja determinada a instauração de inquérito policial para apuração da responsabilidade penal dos parlamentares.

Em outra iniciativa para responsabilizar os envolvidos nos ataques contra as instituições

democráticas, a Advocacia Geral da União (AGU) solicitou que 42 pessoas presas em flagrante pelos atos terroristas de 8 de janeiro sejam incluídas no bloqueio de bens de R\$ 18,5 milhões determinado pela Justiça Federal.

Até agora, o bloqueio já atinge 134 pessoas e sete empresas suspeitas de financiarem o transporte de manifestantes golpistas a Brasília. Os nomes dos alvos dos pedidos não foram divulgados. De acordo com a AGU, a lista foi elaborada a partir de documentos da Polícia Civil do Distrito Federal e de decisões do ministro Alexandre de Moraes. Ele decretou a prisão preventivas de 942 pessoas que haviam sido detidas em flagrante. •

COMANDANTE: “NINGUÉM ESTÁ ACIMA DA LEI”

O novo comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, declarou que nenhum militar ou civil “está acima da lei”. A resposta ocorreu diante de questionamentos da imprensa se haverá eventuais punições a militares que participaram dos atos golpistas de 8 de janeiro. “Qualquer militar ou civil, ninguém está acima da lei. Isso daí a gente faz com tranquilidade”, afirmou Paiva.

Substituto do general Julio César Arruda no comando do Exército, em decisão tomada por Lula no último fim de semana, o general Tomás se reuniu com o vice-presidente Geraldo Alckmim na tarde desta sexta-feira em Brasília. No final do encontro, Alckmim acompanhou o comandante até a porta da vice-presidência.

A Procuradoria de Justiça Militar em Brasília tem seis processos em aberto para apurar o envolvimento de militares nos atos terroristas. Quatro processos apuram o envolvimento direto de profissionais das Forças Armadas. Outro investiga a atuação do Batalhão de Guarda Presidencial (BGP) e do 1º Regimento de Cavalaria de Guarda (1º RCG), responsáveis pela segurança do Palácio do Planalto. Por fim, o último trata de averiguar possível ajuda de militares na fuga de extremistas.

Em nota, o Superior Tribunal Militar (STM) afirmou que “caso algum cidadão (civil ou militar) tenha cometido crime militar”, ele será julgado pela Justiça Militar. “Se forem identificados outros crimes serão julgados pela Justiça comum”. •



ATIVISTA Léo Índio foi ao Congresso em 8 de Janeiro e agora é alvo da PF

O SOBRINHO ENROLADO

Léo Índio é alvo de ação da PF contra golpistas. Ele teve endereços vasculhados por agentes. No dia 8 de janeiro, participou de atos golpistas em Brasília

A Polícia Federal (PF) cumpriu na última sexta-feira, 27, mandados de busca e apreensão em endereços de Léo Índio, sobrinho do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele é um dos alvos do inquérito policial que apura as responsabilidades pela depredação das sedes dos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro.

Os mandados foram expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e cumpridos em locais vinculados a Léo Índio em Brasília e no Rio de Janeiro. Trata-se da terceira fase da operação Lesa Pátria, que busca identificar e responsabilizar bolsonaristas radicais que participaram, financiaram ou fomentaram a invasão e depredação dos prédios do STF, Congresso e Palácio do Planalto.

A PF executou 11 mandados de prisão preventiva e 27 mandados de busca e apreensão, também nos estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Espírito

Santo. Pelo menos seis pessoas foram presas. Seus nomes ainda não foram divulgados.

Todos são investigados pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

Léo Índio, cujo nome é Leonardo Rodrigues de Jesus, apareceu em fotos e vídeos ao lado de extremistas durante os atos golpistas de 8 de janeiro. Ele é filho de uma irmã de Rogéria Nantes, ex-mulher de Bolsonaro e mãe de Eduardo, Flávio e Carlos Bolsonaro.

Ele era assessor no Senado Federal até julho de 2022. No início do governo Bolsonaro, Carlos tentou indicar o primo Léo para um cargo na Secretaria-Geral da Presidência da República, mas foi barrado pelo então ministro, general Alberto Santos Cruz. •



COOPERAÇÃO Lula recebe governadores no Palácio do Planalto e anuncia ajuda aos estados em obras públicas

PACTO PELA RECONSTRUÇÃO

Lula e governadores definem agenda de recuperação econômica e social e divulgam carta em defesa da democracia e da luta contra o desemprego, a inflação, a fome e a pobreza

A primeira reunião de trabalho entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os governadores, no Palácio do Planalto, na sexta-feira, 27, resultou no compromisso público de todos com a democracia e a adoção de uma agenda para a recuperação econômica e social do Brasil.

“Todos os nossos esforços serão orientados pela agenda do desenvolvimento para superarmos o desemprego, a inflação, a fome e a pobreza em uma agenda integrada e negociada permanentemente”, diz a Carta de Brasília, assinada por todos os participantes do encontro.

“O Brasil precisa voltar à normalidade”, ressaltou o presidente, conclamando todos a impedir que atos terroristas como os ocorridos em 8 de janeiro se re-

pitam. “Essa é uma reunião para estabelecer uma nova relação entre os entes federados do país, para tentar fazer com que o Brasil volte à normalidade”.

Ele convidou os governadores a apresentar as obras prioritárias para seus estados, colocando o governo federal para ajudá-los a torná-las realidade. “Precisamos, mais que tudo, ouvir os governadores. Sabemos que cada um tem suas demandas e temas que querem discutir”.

Lula afirmou que o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) pode ajudar a financiar essas obras, assim como outras instituições públicas, caso do Banco do Nordeste.

Após a reunião, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, anunciou medidas e declarou que Lula pretende realizar encontros

com os governadores quatro vezes ao ano. Em março, o presidente pretende conversar com entidades representativas das prefeituras brasileiras.

O governo anunciou a criação de um Conselho da Federação, mesa permanente para discutir as agendas comuns dos três níveis de governo, composta por Lula; o vice-presidente Geraldo Alckmin; o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha; seis representantes dos governadores e seis representantes dos prefeitos.

Em fevereiro será retomada a discussão para a criação de um plano de investimento de obras, a serem realizadas conjuntamente entre governo federal e/ou estados e municípios. Os governadores encaminharão ao ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa,

MAIS MÉDICOS VOLTA. E COM CUBANOS

A Justiça Federal determinou na sexta-feira, 27, a volta dos médicos cubanos dentro do programa Mais Médicos. Implementado em 2013 pelo governo Dilma, o Mais Médicos prevê a contratação de médicos para atenção básica de saúde, como forma de suprir a demanda de profissionais em unidades do SUS em municípios pequenos ou em zonas periféricas das grandes cidades. Bolsonaro havia desmontado e descaracterizado o programa.

A retomada e reformulação do Mais Médicos, anunciada pela ministra Nísia Trindade ainda em janeiro, tornou-se prioridade na pasta e da Secretaria de Atenção Básica. •

os projetos prioritários de seus estados, dando preferência a obras que estão paradas.

O governo pretende lançar um Movimento Nacional de Vacinação, para aumentar a cobertura vacinal das crianças brasileiras e ampliar a imunização contra a Covid-19, combatendo o negacionismo e as fake news. Além disso, ainda na área de saúde, o governo fará um investimento de R\$ 600 milhões, com liberação imediata de R\$ 200 milhões, em um programa de redução de filas para consultas e cirurgias no Sistema Único de Saúde (SUS).

Além de Padilha, participaram da reunião o vice-presidente Geraldo Alckmin (ministro do Desenvolvimento), Fernando Haddad (Fazenda), Flávio Dino (Justiça), Nísia Trindade (Saúde) e Rui Costa (Casa Civil). •

OPINIÃO

REESCREVENDO O PASSADO

Olímpio Cruz Neto

O ex-presidente Michel Temer não gosta de ser chamado de golpista. Ele reagiu mal à declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Buenos Aires, apontando que Dilma Rousseff sofreu um golpe de Estado em 2016, com a aprovação pelo Congresso Nacional do impeachment. Mas Temer é um réu confesso.

O fato é que o vice-presidente traiu Dilma, ao se lançar como solução para a crise política que o país estava mergulhado com as pautas-bomba urdidas pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em 2005.

Temer e o PMDB traíram o governo do qual participavam e foram levados pelo voto em 2010 e em 2014. Dilma tinha um programa de governo progressista. Mas Temer queria dar uma guinada ideológica de 180 graus e adotar uma política ultraliberal com a *Ponte para o futuro*. O mesmo programa que Bolsonaro adotou a partir de 2019, com venda das estatais, desmonte da legislação trabalhista e reversão dos investimentos sociais.

Na quinta, 25, Temer soltou uma nota dizendo que Lula “mantém os olhos no palanque e os olhos no retrovisor”. E declarando que “o país não foi vítima de golpe algum”. O tom de indignação

da nota não esconde a verdade e nem pode edulcorar a realidade.

Temer participou de uma conspiração ao lado de militares para a destituição de Dilma da Presidência da República. Atuou ainda em 2014 pela promoção do impeachment, logo depois da reeleição. E quem diz isso é o próprio Temer. A confissão está no livro “A Escolha...”, em que admite ter mantido contato com militares – incluindo os generais Sérgio Etchegoyen e Villas Bôas – conspirando pela queda de Dilma.

Em 16 de setembro de 2019, em entrevista ao Roda Viva, Temer já admitira que o impeachment tinha sido um golpe de Estado. Num ato de sincericídio, disse que ela sofreu um golpe e que se Lula tivesse ido para o governo, não teria sido aprovado o impeachment.

Em outra entrevista, à Band, em abril de 2017, admitiu que se Dilma tivesse atendido aos pedidos de Cunha para que o PT votasse ao seu lado na Comissão de Ética, não teria havido o impeachment. Ou seja, o golpe só aconteceu porque Dilma não se submeteu a uma chantagem.

Temer trai a si mesmo. Os atos falhos e sincericídios citados aqui mostram que o esforço para moldar a imagem de um democrata não esconde que ele foi apenas um traidor, tramando um golpe de Estado. •



EMOÇÃO NA CASA ROSADA O presidente encontrou-se com as Madres de La Plaza de Mayo, organização que lutou contra a ditadura argentina e denunciou o desaparecimento de milhares de militantes políticos nos anos 70

REENCONTRO COM A DEMOCRACIA

Em sua primeira viagem internacional depois da posse, Lula vai à Argentina e Uruguai restabelecer laços diplomáticos, comerciais e culturais. E reafirma seu compromisso com o desenvolvimento social e econômico da América Latina

A primeira viagem internacional de Lula como presidente foi, como ele mesmo afirmou, um retomar de laços – de todos os tipos. Os encontros na Argentina e no Uruguai, os dois destinos de Lula na América do Sul, ao longo da última semana, significaram a retomada oficial das relações internacionais e comerciais do Brasil, mas também um reencontro com as lutas democráticas e históricas dos três países.

Nessa primeira agenda internacional, Lula começa a fazer as pazes do Brasil com o mundo.

Por onde passou, foi recebido por multidões e agradecimento. Ele fez questão de salientar, contudo, que é o Brasil quem abre as portas para o mundo. O caminho está aberto. Nesta semana, ele deve receber a visita do primeiro-ministro alemão, Olaf Scholz, para discutir reaproximação política com o país.

Em Buenos Aires, Lula e Janja foram recebidos na Casa Rosada pelo presidente Alberto Fernández e a primeira-dama Fabiola Yáñez. Ele pediu desculpas aos argentinos pelo que chamou de “grosserias de Bolsonaro” nos últimos quatro anos. “Estou aqui para dizer que hoje é a retomada de

uma relação que nunca deveria ter sido truncada”, afirmou. Na segunda, 23, Lula defendeu a retomada das relações com o país vizinho e a necessidade de “construir parceiros, não inimigos”, indicando a importância das parcerias entre as duas nações.

Segundo Fernández, além das relações bilaterais, Brasil e Argentina compartilham a mesma posição em relação à importância de organismos de como o Mercosul, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). A “integração deve ser implementada em todos



RECEPÇÃO CALOROSA Lula visitou o ex-presidente José Mujica e foi recebido como popstar pela população em Montevideo. Nos encontros realizados em Buenos Aires e na capital uruguaia, o esforço para mostrar o novo Brasil

os conceitos”, disse o argentino, inclusive os vínculos culturais.

A 7ª Cúpula da Celac na Argentina, que começou no dia 24, foi um dos pontos altos da agenda de Lula na semana. Em seu discurso, o líder brasileiro reafirmou o retorno do Brasil ao cenário internacional e disse que era natural que esse recomeço viesse pela retomada da cúpula. “É com muita alegria e satisfação muito especiais que o Brasil está de volta à região e pronto para trabalhar lado a lado com todos vocês, com um sentido muito forte de solidariedade e proximidade”, disse.

Lula também chamou atenção para que os países da América Latina liderem os projetos de preservação da Amazônia, sem dispensar a ajuda global. “A cooperação que vem de fora da nossa região é muito bem-vinda, mas são os países que fazem parte desses biomas que devem liderar, de maneira soberana, as iniciativas para cuidar da Amazônia”, defendeu. “Por isso, é crítico que valorizemos a nossa Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - a OTCA”.

O documento final do encontro aborda uma visão compartilhada entre os países do grupo em diversas áreas, com destaque

para recuperação econômica pós-pandemia, segurança alimentar e energética, estratégia em saúde, cooperação em meio ambiente, ciência e tecnologia, transformação digital, infraestrutura, entre outros pontos. As nações aprovaram uma Cúpula Celac-União Europeia em 2023 e outra do Foro Celac-China em 2024.

Após o encontro, Lula esteve com chefes de Estado e de governo, como a primeira-ministra de Barbados, Mia Mottley, o presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, e o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel. Ele ainda se reuniu com o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Qu Dongyu, para falar sobre o combater à fome no mundo.

Ainda na Argentina, um dos encontros mais emocionantes foi com as mães e avós da Praça de Maio, que ainda buscam filhos e netos de parentes desaparecidos e mortos durante a ditadura argentina. As cabeças sempre cobertas por lenços das mulheres e o cabelo branco de Lula se unindo num abraço simbolizam a luta pela democracia: “As Mães e Avós da Praça de Maio são uma inspiração na defesa da democracia na América Latina. Emocionado com

o nosso encontro”, disse.

Em Montevideo, a primeira agenda foi com o presidente Lacalle Pou, com quem também discutiu o fortalecimento do Mercosul e defendeu um acordo do bloco com a China. Segundo o presidente, é possível discutir um acordo de livre comércio China-Mercosul, mas antes é preciso destravar a ratificação entre o bloco e a União Europeia, aprovado em 2019 após mais de 20 anos de negociações.

Lula elogiou a iniciativa do uruguaio de “modernizar” o Mercosul. “Vamos criar uma equipe técnica entre Uruguai e Brasil e outros países interessados para avaliar o que queremos e precisamos no nosso relacionamento com a China”, comentou. Ainda em Montevideo, participou de uma cerimônia na prefeitura, onde recebeu a medalha Mais Verde, em reconhecimento aos seus esforços em defesa do meio ambiente. O presidente recebeu o prêmio das mãos da prefeita Carolina Cosse.

Antes de retornar ao Brasil, Lula foi ao encontro do ex-presidente José Mujica e a ex-senadora Lucia Topolansky, em sua chácara nos arredores da capital uruguaia. Além de Janja, participou do encontro Fernando Haddad. •



SALÁRIO MÍNIMO É PRIORIDADE

Novo governo quer recuperar perdas salariais resultantes do pós-Golpe de 2016 e estuda criação de regra permanente que associa aumento do PIB à reposição da inflação

O salário mínimo de R\$ 1.302 já está valendo, mas até maio deste ano pode chegar a R\$ 1.320. Um grupo formado por representantes das centrais sindicais e de ministérios do governo federal foi encarregado de propor uma fórmula de cálculo para estabelecer nova política de valorização do salário mínimo para valer de 2023 em diante, de forma permanente.

O grupo de trabalho tem até 45 dias para apresentar a proposta. Caso seja aceita e entre em vigor até maio, é possível que um novo reajuste do mínimo possa

aproximá-lo dos R\$ 1.320 prometidos por Lula na campanha. Ninguém no governo garante, mas tampouco nega. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, tem afirmado em entrevistas que tudo dependerá do "espaço fiscal".

Marinho disse ainda que o crescimento do PIB do ano anterior será uma baliza essencial para compor a fórmula de cálculo dos reajustes. Se for assim, o crescimento da economia será somado à inflação acumulada nos 12

meses anteriores para se calcular o valor do salário mínimo a cada ano.

Essa fórmula de cálculo já foi utilizada nos governos Lula e Dilma. Desde 2003, houve aumento acima da inflação, mas foi em 2006 que a fórmula que soma o

crescimento do PIB ao reajuste das perdas inflacionárias tornou-se regra. Em 2006, o mínimo atingiu seu maior aumento: 13,04% acima da inflação.

O movimento sindical sempre teve papel impor-

R\$ 1.302

é o valor do novo salário mínimo, definido pelo governo. Na campanha, Lula disse que o mínimo seria de R\$ 1.320. O aumento sai até maio

tante de mobilização e negociação. A partir de 2003, as centrais realizaram marchas anuais com milhares de manifestantes em Brasília, para pressionar o governo a conceder aumentos acima da inflação. Como resultado, as centrais participaram das tratativas que chegaram à fórmula de reajuste. No acumulado do período em que a regra foi respeitada, o aumento do salário mínimo passou de 70%, segundo o Dieese. A mesma lógica de participação sindical deve se repetir agora, apostam o governo e as centrais.

O aumento real do salário mínimo foi tratado por sucessivos governos como assunto indesejável durante décadas. O mínimo recebia aumentos esporadicamente e sofreu por longos períodos apenas reposição da inflação. A partir de 2003, passou a compor a agenda política dos governos, numa chave positiva, até ser simplesmente abandonado por Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Bolsonaro anunciou aumento real apenas em 2022, como arma na tentativa de conquistar sua reeleição. No entanto, não deixou verba para cumprir a promessa. O mínimo de R\$ 1.302 só se tornou realidade em 2023 por conta do trabalho da equipe de transição, que conseguiu aprovar emenda constitucional para refazer parte do orçamento.

O aumento do salário mínimo melhora a vida daqueles cuja renda está diretamente vinculada a esse aumento – mais de 60 mi-

lhões de pessoas, segundo o Dieese. E, ainda, melhora a economia do país. Ainda de acordo com o Dieese, quase R\$ 70 bilhões serão injetados na economia nacional, na forma de consumo, a partir desse aumento de R\$ 90 no salário mínimo já em vigor. Estima-se que esse aumento amplie a arrecadação de tributos em mais de R\$ 37 bilhões neste ano.

Parte significativa desse impacto se explica pelo aumento dos valores recebidos pelos aposentados e pensionistas. Aproximadamente 70% das aposentadorias

do INSS equivale ao salário mínimo. Nos municípios brasileiros, em que grande parte do funcionalismo recebe o mesmo valor, o reajuste incrementa a economia local.

O novo salário mínimo deve balizar também os ganhos de trabalhadores informais ou por conta própria, em efeito cascata. O aumento é ainda especialmente importante para as famílias nas quais mais de uma pessoa recebe o salário mínimo.

Além de criar uma política de valorização salarial, o movimento sindical tem ainda este ano o desafio de propor e aprovar nova legislação que proteja os trabalhadores informais e por conta própria e também uma nova mudança na legislação trabalhista e sindical. Outra tarefa é propor e aprovar novas regras para corrigir a tabela do imposto de renda, zerando ou diminuindo a tributação sobre os salários mais baixos. •

O NOVO SALÁRIO MÍNIMO DEVE BALIZAR, EM EFEITO CASCATA, OS GANHOS DE QUEM ESTÁ NA INFORMALIDADE OU TRABALHA POR CONTA PRÓPRIA

JEAN PAUL PRATES É O NOVO PRESIDENTE DA PETROBRÁS

O ex-senador Jean Paul Prates (PT-RN) teve o seu nome aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Administração da Petrobras para a presidência da empresa estatal. A votação ocorreu na quinta-feira, 26. Na quarta, ele renunciou ao mandato de senador.

A partir da oficialização do nome pela assembleia de acionistas, em abril, o governo Lula deverá atuar para a alteração do Conselho de Administração da estatal, que tem hoje a sua composição indicada pela gestão Bolsonaro.

Jean Paul Prates tem 54 anos, é advogado, formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestre em economia e gestão de petróleo, gás e motores pelo Instituto Francês do Petróleo e mestre em política energética e gestão ambiental pela Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos.

Foi membro da assessoria jurídica da Petrobras Internacional S.A. (Braspetro), editor da revista Oil & Gas Journal Latinoamericana e diretor executivo da Expetro Consultoria em Recursos Naturais Ltda, a maior consultoria de petróleo nacional durante os anos 1990 e 2000.

Como secretário de Energia do Rio Grande do Norte, Prates levou o estado à autossuficiência energética e à liderança nacional em geração eólica, além de ter consolidado uma refinaria e usinas termelétricas a gás e biomassa naquele estado e construído bases para os projetos de energia solar e eólica offshore (no mar). •

MEIO AMBIENTE



IMPUNIDADE Acidente matou 270 pessoas e quatro seguem desaparecidas até hoje. Até hoje, a operações de buscas

QUATRO ANOS. NENHUMA PUNIÇÃO

O rompimento da barragem de Brumadinho 2019 é considerado um dos maiores desastres ambientais da história recente do Brasil. Associação das vítimas reivindica reparação aos familiares de mortos e desaparecidos. A Vale foi denunciada à Justiça

Em 25 de janeiro de 2019, o chão tremeu e ouviu-se o barulho da tragédia que se anunciava na mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, cidade localizada na região metropolitana de Belo Horizonte. Só não se ouviu a tempo o alerta: a sirene que deveria soar para alertar os moradores do risco iminente do rompimento da barragem de rejeitos de mineração na bacia do Rio Paraopeba. Quatro anos, 270 mortos e quatro desaparecidos

depois, ninguém foi responsabilizado até hoje.

As primeiras imagens que apareceram para o país logo após a notícia da tragédia davam a dimensão do estrago, com cenas e enredo de um filme de terror. Até agora, há buscas de restos mortais das quatro pessoas desaparecidas. Segundo os bombeiros, aproximadamente 60% do rejeito vazado da barragem já foram vistoriados – ou seja, ainda resta 40% do material a ser analisado.

Foi o segundo rompimento de barragem de responsabilidade da Vale em Minas Gerais. O primeiro foi em 2015, quando a população de Bento Rodrigues, no distrito de Mariana, foi surpreendida pela enxurrada de rejeitos de mineração, deixando 18 mortos e um desaparecido. O que se repetiu em Brumadinho tornou-se no maior “acidente de trabalho” no Brasil em perda de vidas humanas e o segundo maior desastre industrial do século, segundo especialistas e rankings compilados pela BBC.

Além da crise humanitária, saltou aos olhos dos mais atentos outro um alerta de que a fiscalização falha e a exploração predatória da mineração praticada por empresas como a Vale e suas sócias significa um enorme risco ambiental ao Brasil. No caso de Brumadinho, mais de 20 municípios foram atingidos com prejuízos ambientais pelo derrame de mais de 10 milhões de metros cúbicos de lama e detritos sobre vegetação, fauna e rios ao longo de centenas de quilômetros, alçando o acidente a um dos maiores desastres ambientais da história do país.

A tragédia de Brumadinho foi como um aviso do desgoverno de Jair Bolsonaro na área ambiental. Durante a campanha em 2018, o candidato da direita já havia deixado claras suas posições em relação ao meio ambiente, afirmando que não permitiria um governo “xiita” na fiscalização ambiental.

Ele chegou a propor alterações nas leis ambientais e a flexibilização do setor. É que, para ele, não se fiscalizava e nem se protegia o meio ambiente. Tudo era um mecanismo de excesso de burocracia nos processos de licenciamentos. O lastro de permissividade e desestruturação de fiscalizações que se seguiu à sua posse não abre margem para dúvidas de cumpriu suas promessas com o setor privado: liberou geral.

A posição do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), também recém-empossado, não diferia muito do governo federal, no que diz respeito à abertura para a mineração desenfreada. Antes mesmo das eleições de 2018, um projeto que tramitava na Assembléia Legislativa e endurecia regras de licenciamento para barragens de mineração, teve seu texto vetado na íntegra pela Comissão de Mi-

Secom/Presidência da República



POR CIMA Bolsonaro sobrevoou o local do acidente, em Brumadinho, em 2019, mas não se dignou a descer para falar com vítimas da tragédia

nas e Energia. À época, o deputado estadual Rogério Corrêa (PT) apontou a pressão das empresas mineradoras para que o projeto fosse barrado, sob o risco de que “a fiscalização atrapalhasse os empresários”.

Em 2020, o Ministério Público de Minas Gerais denunciou 16 pessoas por homicídios dolosos e crime ambiental. Entre os acusados, estão Fabio Schvartsman, ex-presidente da Vale, e a empresa Tüv Süd. Apesar de todos terem virado réus, em 2021 o STJ decidiu pela extinção do processo criminal, transferindo a competência de julgamento para a Justiça Federal. Até hoje não houve punição.

Sob o risco de prescrição, a presidenta do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, decidiu, no início deste ano, que a Justiça Federal de Minas desse prosseguimento à ação penal. Em 20 de janeiro, o Ministério Público Federal ratificou integralmente a denúncia oferecida pelo MP de Minas contra 16 funcionários da Vale e Tüv Süd por homicídio qualificado, cometido 270 vezes, além de crimes contra a fauna, crimes contra a flora e crime de poluição. As duas empresas também foram denunciadas pelos crimes ambientais.

Enquanto a novela do empur-

ra-empurra de recursos avança, a Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem (Avabrum) teme mesmo é que tudo acabe com a impunidade aos réus e prejuízo às vítimas, além do risco de que novas ocorrências causem mais tragédias em Minas Gerais.

A Vale segue recorrendo a cada decisão judicial que a indície e a responsabilize, incluindo pedidos de indenização. A certeza do poder da gigante parece ser realmente a da impunidade, especialmente sob o governo Zema, que abertamente defende a expansão predatória da mineração no estado.

Em 2021, a Vale assinou um acordo de R\$ 37,68 bilhões a título de reparação de danos socioambientais com o governo de Minas Gerais. Nenhuma reunião contou com representantes dos atingidos e familiares das vítimas da tragédia. Nunca foram sequer chamados ou ouvidos durante toda a negociação.

A Avabrum segue em luta para que o acordo seja refeito em audiências que contemplem representantes das vítimas e que a Vale seja responsabilizada pelas mortes de trabalhadores e residentes da região atingida e pela tragédia ambiental. •



ENCRENCADO O craque Daniel Alves está preso acusado de estuprar uma jovem de 23 anos na Espanha

ESTRANHO CÓDIGO DE SILÊNCIO

Envolvido em escândalo sexual, o jogador Daniel Alves está preso na Espanha por acusação de estupro. Caso se assemelha ao de outros atletas ricos e levanta a conivência de dirigentes do esporte

Na Copa do Catar, disputada em novembro de 2022 a convocação do veterano e estrelado Daniel Alves, aos 39 anos, três Copas do Mundo e uma quantidade de títulos nacionais e internacionais, levantou críticas ferozes e defesas apaixonadas, de comentaristas esportivos a torcedores da pátria de chuteiras. A copa foi aquilo que foi, com a eliminação do Brasil nas quartas-de-final e uma campanha decepcionante. Nos últimos dias, Daniel Alves vol-

tou a ser assunto. Mas, agora, das páginas policiais: o atleta está preso em Barcelona desde 20 de janeiro acusado de estupro.

A vítima foi abordada pelo jogador em uma casa noturna em 30 de dezembro de 2022 em Barcelona. A mulher de 23 anos começou a denunciar o jogador na mesma noite, depois de ter sido atendida em um hospital especializado em vítimas de estupro. “É um caso com mais indícios que o comum, de fato, e não acho que seja porque o denunciado seja um personagem público”, diz a advo-

gada, Ester Garcia López, em entrevista ao UOL. “Há mais indícios porque as coisas foram feitas de forma imediata”.

López refere-se ao protocolo de atendimento às vítimas de chamado No Callen, que orienta casas noturnas e espaços de lazer nesses casos, instituído na Catalunha em 2018. Além disso, a advogada afirma que as tentativas de culpabilizar a vítima tentadas por Daniel Alves – ele afirmou, inicialmente, que o sexo teria sido consensual –, foram por terra pelas inconsistências de sua

versão. “O depoimento de nossa cliente não tinha nenhuma falha. Já o dele tinha várias”, diz Ester.

É mais um jogador da elite acusado de violência contra a mulher. Em 2022, Robinho, com prisão decretada pela Justiça italiana, veio para o Brasil para não ser preso, o que não o impediu de fazer campanha nas redes sociais para o candidato Jair Bolsonaro e até de visitar um acampamento golpista. Robinho foi condenado pelo estupro coletivo de uma mulher albanesa em 2013. O feminicídio de Elisa Samudio pelo goleiro Bruno, cercado de violência e crueldade que chocou o Brasil, resultou em condenação e prisão do atleta, que hoje está em liberdade assistida.

Nenhum desses casos de agressão sexual envolvendo atletas, alguns com estofos de ídolos internacionais, parece comover a comunidade esportiva. Em artigo publicado na quarta-feira, 25 de janeiro, o ex-jogador e comentarista esportivo Walter Casagrande criticou o “código de silêncio” que impera entre jogadores, técnicos, dirigentes e a imprensa esportiva.

“Homens casados, muitos com filhas, se omitem, e de uma certa forma aceitam a convivência com quem comete esse e outros crimes”, criticou, duramente, o ex-atacante de futebol.

“Não se pode mais passar pano para ninguém que comete o crime de estupro, seja ele quem for. Acusado por este crime, Daniel está preso e sem direito a fiança. A Justiça espanhola não quer correr o risco de ser alvo de deboche por parte do suposto criminoso Daniel, como o criminoso Robinho faz com a Justiça italiana. A imprensa esportiva precisa, sim, falar repetidamente sobre o caso do Robinho. Senão, sua postura será equivalente à dos jogadores omissos e no mínimo coniventes”. •



ROTINA Policiais foram filmados agredindo Tire Nichols, em Memphis, no estado do Tennessee. Biden conversou com os pais do homem assassinado

ONDA DE PROTESTOS NOS EUA

Vídeo de ação policial que resultou no assassinato do jovem negro Tyre Nichols, 29 anos, desencadeia manifestações. Diretor do FBI se diz horrorizado

Cinco policiais de Memphis, nos Estados Unidos, foram formalmente acusados de assassinato na quinta-feira, 26, devido à morte de Tyre Nichols, um homem negro de 29 anos. Ele faleceu em decorrência de uma abordagem violenta de cinco policiais – todos negros. O diretor do FBI, Christopher Wray, disse que ter ficado “horrorizado” com o caso. A polícia federal abriu uma investigação por violação de direitos humanos. O caso está sendo comparado à morte de Rodney King, em 1991, quando a América foi sacudida por revolta nas ruas.

Os protestos já levaram milhares às ruas de Nova York na noite de sexta-feira, 27. O presidente dos EUA, Joe Biden, conversou com os pais de Tyre Nichols. O jornal Washington Post divulgou um breve trecho da conversa, onde o presidente menciona como o pai de Nichols está “devastado” pela morte de seu filho e invoca sua experiência de perder um filho.

A ação policial ocorreu em 7 de janeiro, e Nichols morreu três dias depois. Ainda não há, no entanto, detalhes sobre por que ele foi parado pelos agentes e o que

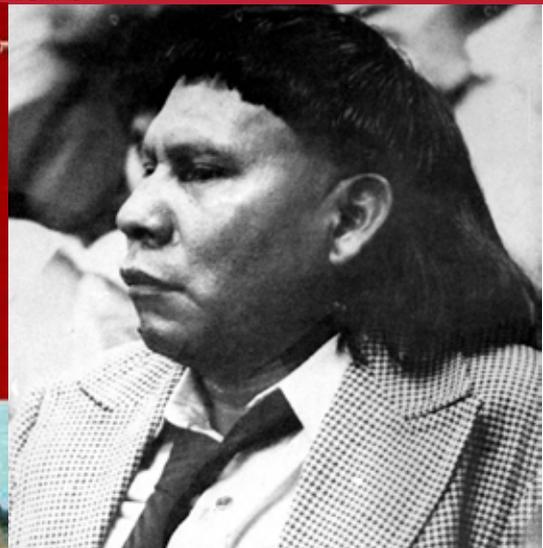
de fato ocorreu na abordagem policial. As autoridades de Memphis estão agindo com cautela e algum grau de preocupação com a divulgação das imagens das câmeras presas às fardas dos agentes. Os vídeos foram tornados públicos na sexta-feira.

Nichols foi parado pelos policiais e houve “uma alteração”, durante a qual os agentes jogaram spray de pimenta nele. O homem então fugiu a pé – e a descrição do que se seguiu é imprecisa. “Houve outra alteração num local próximo em que o sr. Nichols sofreu ferimentos graves”. Não há sinais de que ele tenha lutado contra os policiais.

Os cinco policiais foram identificados como Tadarrius Bean, Demetrius Haley, Emmitt Martin 3º, Desmond Mills Jr. e Justin Smith. Suas idades variam de 24 a 32 anos e seus tempos de serviço em Memphis vão de dois anos e meio a cinco anos. Eles faziam parte de uma unidade especializada que patrulhava áreas de alta criminalidade da cidade, a segunda maior do estado do Tennessee – e onde mais de 60% dos 630 mil habitantes são negros. •

Arquivo

CPDoc/JB



2 de fevereiro de 1983 JURUNA TOMA POSSE COMO DEPUTADO

O primeiro indígena a assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados foi o cacique xavante Mário Juruna. Eleito pelo PDT do Rio em 1982, na chapa que apoiou o governador Leonel Brizola, Juruna tinha se tornado uma figura popular nos meios de comunicação por andar com um gravador de forma a registrar promessas de políticos que não eram cumpridas.

Juruna atuava na luta em defesa dos direitos de seu povo, cobrando acordos e promessas de organismos de proteção dos povos originários e de suas terras.

Seu maior legado no Legislativo foi a criação da Comissão Permanente do Índio - um dos embriões da atual Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. O líder xavante não conseguiu se reeleger em 1986. Passou por dificuldades financeiras e morreu em 2002 aos 59 anos, em consequência de diabetes.

30 de janeiro de 1983

BOMBA: BAUMGARTEN EXPÕE VÍSCERAS DO SNI

A revista *Veja* publica partes do dossiê deixado pelo jornalista Alexandre von Baumgarten, que havia sido encontrado morto com quatro tiros, na Praia da Macumba (RJ), em outubro de 1982. Baumgarten prestava serviços ao Serviço Nacional de Informações (SNI) em troca de anúncios em sua revista *O Cruzeiro*. No dossiê, ele diz que o SNI decidiu matá-lo.

"É certo que a minha extinção física já foi decidida pelo Serviço Nacional de Informações. A minha única dúvida é se essa decisão foi tomada em nível do ministro-chefe do SNI, general Otávio Aguiar de Medeiros, ou se ficou no nível do chefe da Agência Central do SNI, general Newton de Araújo Oliveira e Cruz", escreveu o jornalista no dossiê que chegou à *Veja* três meses após sua morte.

Em 2 de fevereiro, o *Jornal do Brasil* publicaria carta de Baumgarten, enviada ao general Medeiros, acusando Newton Cruz de não ter cumprido acordos para financiar a publicação de *O Cruzeiro*. A revista, que havia sido o mais importante título brasileiro nos anos 1950, voltara a circular pelas mãos de Baumgarten, entre 1981 e 1982, fazendo propaganda da ditadura e reportagens sobre a "infiltração comunista" em sindicatos, entidades estudantis e nos partidos de oposição.

Pela primeira vez desde sua criação, em 1964, o SNI emitiu uma nota pública, negando as acusações feitas no dossiê, mas a investigação jornalística confirmaria o envolvimento da cúpula do órgão neste e em outros escândalos.



30 de janeiro de 2003

LULA LANÇA O AMBICIOSO PROGRAMA FOME ZERO

A luta contra a fome e a miséria no Brasil levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a lançar o Programa Fome Zero, 30 dias depois de tomar posse em seu primeiro mandato. A proposta atendia uma das principais bandeiras de sua plataforma eleitoral e de sua trajetória política.

No início de 2003, 44 milhões de pessoas viviam em situação de insegurança alimentar, com menos de US\$ 1 ao dia. Até janeiro de 2004, o programa beneficiaria 11 milhões de pessoas em 2.369 municípios, concentrados especialmente no semiárido e nas regiões mais pobres do Nordeste brasileiro.

O programa compreendia a distribuição de um cartão alimentação, para possibilitar às famílias a compra direta de comida, e estava associado ao Programa de

Aquisição de Alimentos (PAA), com compras públicas dirigidas pelo governo federal para a agricultura familiar.

O Programa Fome Zero enfrentaria sérias dificuldades em sua implementação, especialmente na articulação com as demais políticas de seguridade social. Mesmo com tais dificuldades, a experiência de garantir renda para as populações mais pobres seria ampliada e aperfeiçoada com a criação do Bolsa Família, lançado em janeiro de 2004.

Ao longo dos mandatos de Lula e Dilma, o Programa Bolsa Família se tornaria o maior e mais bem-sucedido programa de transferência de renda do mundo, recebendo elogios da Organização das Nações Unidas como exemplo de política pública.

1º de fevereiro de 1987

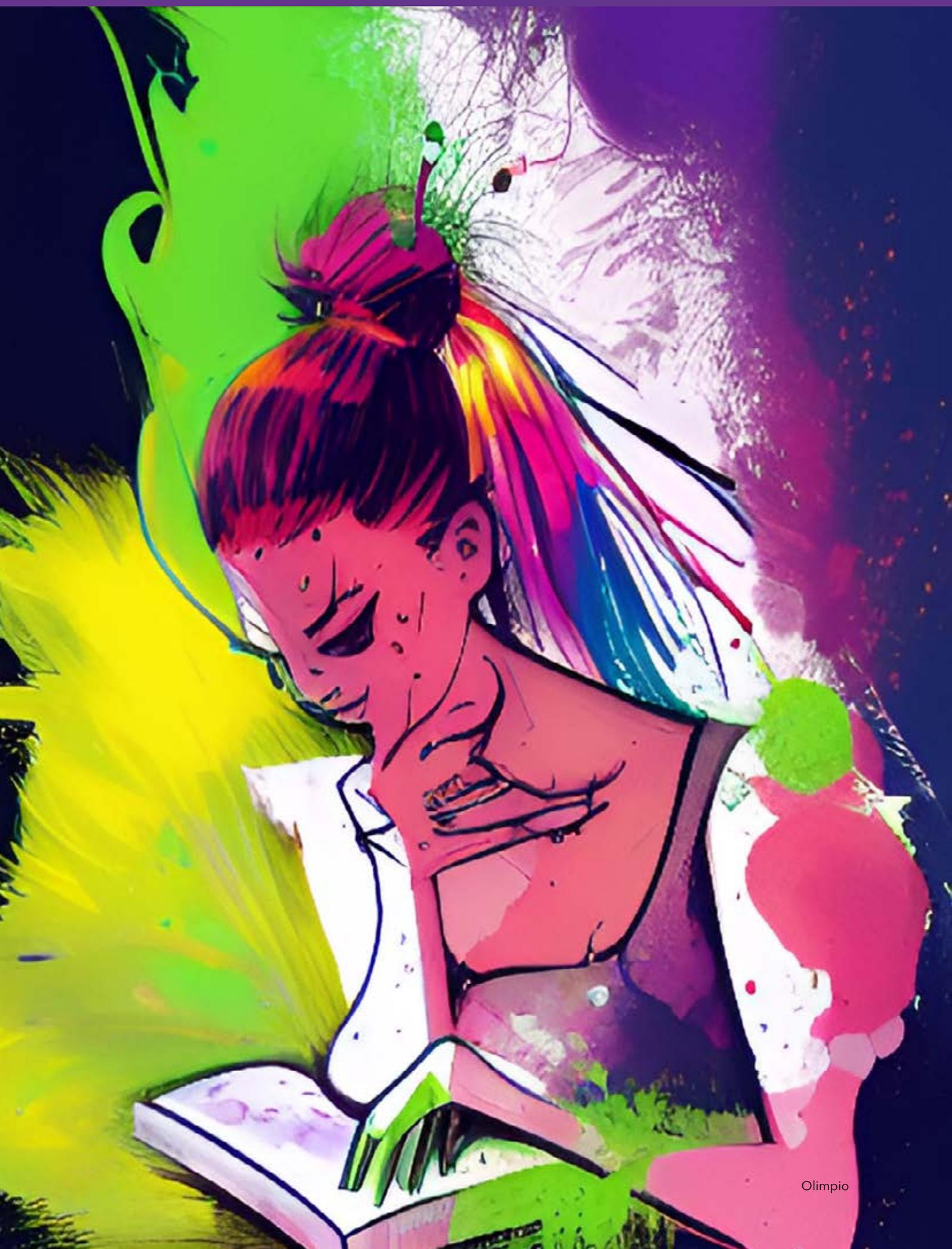
INSTALADA A CONSTITUINTE

A Assembleia Nacional Constituinte, um dos marcos legais do final da ditadura, começa os trabalhos para elaborar a nova Constituição. Era integrada por 487 deputados e 49 senadores eleitos em novembro de 1986 e 23 senadores eleitos em 1982. Os trabalhos durariam 20 meses, ao longo dos quais houve intensa participação dos movimentos sociais e um rico debate sobre os problemas nacionais.

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, foi escolhido presidente da Assembleia Constituinte. Em suas primeiras deliberações, o plenário decidiu que o Congresso funcionaria paralelamente aos trabalhos constitucionais. Foi também aprovado o regimento interno, que estabelecia a criação de 24 subcomissões, vinculadas a nove comissões temáticas.

A nova Constituição seria promulgada em 5 de outubro de 1988. Por garantir a ampliação dos direitos políticos e sociais, individuais e coletivos, dos brasileiros ela seria chamada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, de "Constituição Cidadã".

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br



A FORÇA DAS ESCRITORAS

Literatura escrita por mulheres domina o cenário editorial. Conheça as obras que estão em alta e as ganhadoras dos principais prêmios de literatura em língua portuguesa

Bia Abramo

É fato consumado, atestado (e também lamentado) que o Brasil leia pouco. Diversas razões explicam esse panorama quase desértico em termos de quantidade de leitores, como o acesso difícil aos livros, o fato de os livros serem caros e a leitura enfrentar a grande concorrência com telas grandes ou pequenas, em termos de números. Nos estudos que tentam entender os motivos pelos quais os não-leitores rejeitam as palavras, aparecem justificativas como “falta de tempo”, “não ter paciência ou dificuldade de ler”. E, para o pedaço leitor, um chocante, uma afirmação de sinceridade brutal: “não gostar de ler”.

Na rinha oposta, temos um mercado editorial cada vez mais diverso e que publica o ano inteiro. As feiras e bienais de livros estão lotadas. Há prêmios literários significativos. E, mais importante ainda que isso, escritores brasileiros surgindo todos os anos. E quem lê tanta letrinha impressa numa folha em branco? As mulheres.

De acordo com a pesquisa Retratos da Leitura (2019), a maioria do leitorado brasileiro é feminino: 54% do total. Ainda, são as mulheres que, de certa forma, suportam a produção. Elas preferem “livros de literatura” (56%), ou seja, aqueles que não são técnicos, nem didáticos e outros pertencem à

vasta categoria de não-ficção.

Quem quer que entre em livrarias percebe que as gôndolas de novidades apresentam muitos livros assinados por mulheres, nas categorias nebulosas de ficção e poesia. As editoras, de maneira geral, nos últimos anos, vêm investindo tanto em traduzir obras de mulheres como em descobrir talentos brasileiros. Uma escritora mineira, Carla Madeira, que lançou seu primeiro romance “**Tudo é rio**” na base da editora própria, assinou no ano passado com uma gigante editorial, a Record, e teve seu livro catapultado para impressionantes 40 mil exemplares vendidos.



Some-se a isso o fato de muitas serem de autoras mulheres alguns dos fenômenos editoriais mundiais recentes, como Elena Ferrante com a tetralogia da “Amiga Genial”, a canadense Margaret Atwood cujo “O Conto da Aia” foi objeto de uma adaptação para

uma série de streaming que fez a escritora voltar a Gilead para escrever a sequência “Os Testamentos”, a nigeriana Chimamanda Ngozi transformada em best seller e celebridade, entre outras.

No ano passado, de alguma forma essa espécie de movimentação mais intensa do leitorado e da produção feminina refletiu-se

Divulgação

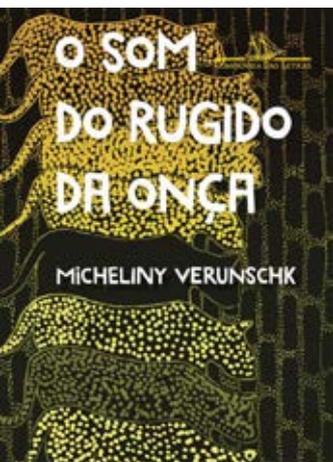


FENÔMENO Mineira, Carla Madeira lançou seu primeiro romance, “Tudo é rio”, em edição própria. Em 2022, assinou com a Record e virou best-seller



RECONHECIMENTO A pernambucana Micheline Verunsch (à esquerda) ganhou o Jabuti pelo romance “O som do rugido da onça”, enquanto a carioca Eliane Alves Cruz lançou o seu primeiro livro de contos em 2022, “A Vestida”

no fato de os principais prêmios literários em língua portuguesa terem sido concedido às... elas mesmo, as mulheres.



O 64º Jabuti, premiação promovida pela Câmara Brasileira do Livro, consagrou “**Também guardamos pedras aqui**”, da poetisa paulista Luiza Romão (editora Nós) como Livro do Ano e Melhor Livro de Poesia. Na categoria romance, o eleito foi “**O som do rugido da onça**”, da pernambucana Micheline Verunsch. Ela ganhou na categoria Melhor Romance Literário com a obra editada pela Companhia das Letras. A Eliane Alves coube o prêmio de Melhor livro de Contos: “A vestida: contos” (editora Malê).

Já o prêmio Oceanos, que analisa livros escritos em língua portuguesa do Brasil, Portugal, Angola, Moçambique Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe, elegeu o livro “Líbano, labirinto”, da escritora portuguesa Alexandra Lucas Coelho (Editorial Caminho). O prêmio, que não distingue categorias e apenas ranqueia os melhores livros, concedeu um honradíssimo terceiro lugar para a brasileira Micheline Verunsch e seu romance.

Além da presença maciça no mundo editorial, se há alguma coisa que chama a atenção nessa leva de escritoras é a diversidade que trazem nas suas vozes. A paulista Luiza Romão, por exemplo, vem do cenário do slam, da poesia falada em

ritmo próximo do musical. Com 30 anos e militando no cenário da poesia de caráter também politizado e popular há vários anos, Luiza aparece com a dicção forte dessas experiências e um intenso trabalho de linguagem. “**Também guardamos pedras aqui**”, seu terceiro livro, dialoga com a “Ilíada”, do poeta grego Homero. No longo poema épico, a poeta acha ecos das asperezas do Brasil, como se a aniquilação de Tróia pelos gregos informasse sobre as tragédias passadas e prenunci-

se as iminentes. A referência erudita, no entanto, não é intrincada a ponto de afastar o leitor. Pelo contrário. Sugere outros caminhos de leitura do poema que habitou o imaginário de boa parte da poesia ocidental.

No romance de Micheline Veruns-

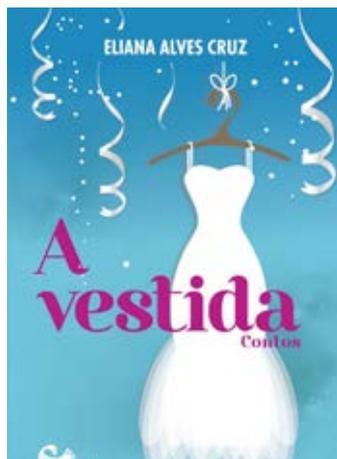




POESIA E PROSA A paulista Luiza Ramos (à esquerda) ganhou o Jabuti com o livro de poesias "Também guardamos pedras aqui", premiado como Livro do Ano. E a portuguesa Alexandra Lucas Coelho lançou "Líbano, labirinto"

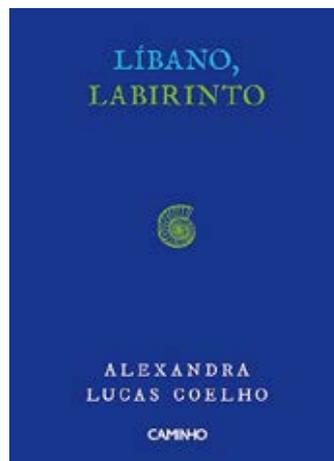
chk, surge com força o tema dos mistérios das origens. A pernambucana, que também é historiadora, parte de um fragmento da história da expedição dos alemães Spix e Martius, ao Brasil no século 19. Os naturalistas permaneceram três anos viajando por regiões remotas e inexploradas do país e voltaram à Europa levando duas crianças indígenas raptadas de suas aldeias. Embora isso não fosse incomum no período colonial, Micheliney, ao remontar essa história de violência e deslocamento pelo olhar das crianças, nos apresenta a dimensão trágica dos genocídios sucessivos aos quais foram submetidos os povos originários.

"A Vestida", primeiro livro de contos de Eliana Alves Cruz, que também lançou um romance em



2022, trata de outra ancestralidade interrompida pela história, dos africanos que vieram escravizados para o Brasil. Marca de Eliana desde seu romance de estreia, "Água de Barrela", nos contos reaparecem as vivências do racismo à brasileira, ora brutal em suas manifestações mais agressivas, ora mal disfarçado em invisibilização e discriminação. Explorando personagens diversos e interessantes, a autora mostra seu domínio crescente sobre uma prosa viva e reflexiva.

Do conjunto das premiadas, o livro de Alexandra Lucas Coelho, "Líbano, labirinto" é o mais



surpreendente. Obra de difícil classificação em termos de gênero literário, uma vez que combina reportagem, relato de viagem e caderno de campo, o livro é resultado de vivências recolhidas entre a revolução de 2019 e a explosão

de 2020, no Porto de Beirute.

Ao lado das observações objetivas sobre as múltiplas crises que vivia o país – econômica, política e humanitária –, a autora detém o olhar sobre as histórias ao rés-do-chão de pessoas sobrevivendo entre os escombros. Fragmentada por natureza, a narrativa, no entanto, se constrói pela extraordinária capacidade da jornalista de olhar nas brechas aquilo que, mesmo nas condições mais extremas de sofrimento e barbárie, se mantém como força e esperança humanas. •



TOM VERLAINE SALTA NO ALÉM

Guitarrista fundador da banda Television morre aos 73 anos em Nova York. Ele foi uma das grandes influências do rock

Os fãs do rock estão de luto e cheios de dor. Tom Verlaine, vocalista, compositor e lendário guitarrista da banda nova-iorquina Television, morreu aos 73 anos. A morte do músico foi anunciada por Jesse Paris Smith, filha de Patti Smith. Ela declarou que Verlaine morreu "após uma breve doença". O sobrenome artístico do músico, que nasceu Thomas Miller, em Denville, Nova Jersey, foi inspirado no poeta simbolista francês Paul Verlaine.

O guitarrista começou a estudar piano ainda muito jovem, mas mudou para o saxofone de-

pois de ouvir um disco de Stan Getz. Durante a adolescência, começou a tocar guitarra depois de ouvir o hit de 1966 dos Rolling Stones, "19th Nervous Breakdown".

Junto com Richard Hell, formou em 1972 o grupo Neon Boys. Além dos dois, a banda incluía o baterista Billy Ficca. Em março de 1973, o trio se relançou agora batizado de Television, tendo Richard Lloyd como segundo guitarrista. O primeiro show ocorreu em março de 1974. No ano seguinte, Hell deixou a banda e eles lançaram seu primeiro single com Fred Smith substituindo Hell.

Verlaine, que era o vocalista

da banda e fez a maior parte das composições, namorava a poetisa e musicista Patti Smith quando ambos faziam parte da cena punk emergente de Nova York. Eles colaboraram entre si muitas vezes ao longo dos anos.

Television lançou dois álbuns: "Marquee Moon" e "Adventure". Apesar da baixa vendagem, os dois discos são considerados obras-primas. "Marquee Moon" é uma das pedras de fundação do punk rock, exercendo enorme influência sobre gerações de músicos. O estilo de guitarra de Verlaine, que soa único, virou uma escola e pode ser ouvido em bandas como Razorlight, Pavement, Strokes e Sonic Youth. •



A LUTA CONTRA O FASCISMO

Organização:

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

Chico Diaz • Dilma Rousseff •
Fernando Haddad • Frei Betto
• Izabella Teixeira • João Manuel
Cardoso de Mello • Luis Nassif
• Luiz Carlos Bresser-Pereira •
Marilena Chaui • Paulo Betti
• Rogério Cerqueira Leite •
Silvio Almeida • Tereza Cristina

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/a-luta-contr-o-fascismo/

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores